

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**



JUSTIÇA MILITAR

ICA 111-3

**AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO
ÂMBITO DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

2005



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 887/GC3, DE 2 DE AGOSTO DE 2005.

Aprova a Instrução que dispõe sobre “Auto de Prisão em Flagrante Delito no âmbito do Comando da Aeronáutica”.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 27 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 111-3 “Auto de Prisão em Flagrante Delito no âmbito do Comando da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO
Comandante da Aeronáutica

(DOU nº 148, de 03 AGO 2005)

(Publicado no BCA nº 150, de 12 de agosto de 2005)

SUMÁRIO

PREFÁCIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	11
1.1 <u>FINALIDADE</u>	11
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	11
1.3 <u>ATRIBUIÇÃO</u>	14
1.4 <u>ÂMBITO</u>	15
2 DISPOSIÇÕES GERAIS	16
2.1 <u>PECULIARIDADE DO TIPO PENAL</u>	16
2.2 <u>INFRAÇÃO COM VESTÍGIO</u>	16
2.3 <u>RELAXAMENTO DO AUTO</u>	16
2.4 <u>AUTUAÇÃO</u>	17
2.5 <u>CRONOLOGIA DO AUTO</u>	17
2.6 <u>ESCRIVÃO</u>	17
2.7 <u>PRISÃO</u>	17
2.8 <u>ESTADO DE FLAGRÂNCIA</u>	17
2.9 <u>ASSINATURA A ROGO</u>	18
2.10 <u>EXAMES E PERÍCIAS</u>	18
2.11 <u>EXAME DE CORPO DE DELITO</u>	18
2.12 <u>PERITO OU INTÉRPRETE</u>	19
2.13 <u>AUTO DE AVALIAÇÃO</u>	19
2.14 <u>CURADOR DE MENORES</u>	19
2.15 <u>COMPROMISSO</u>	20
2.16 <u>ISENÇÃO DO COMPROMISSO DE DIZER A VERDADE</u>	20
2.17 <u>CONCLUSÃO</u>	20
2.18 <u>DESPACHO</u>	21
2.19 <u>JUNTADA</u>	21
2.20 <u>PROVAS</u>	21
2.21 <u>DOCUMENTO</u>	21
2.22 <u>VARIEDADE DO DESPACHO</u>	21
2.23 <u>ATOS ILÍCITOS SEM PERÍCIAS</u>	22
2.24 <u>PROCEDIMENTO</u>	22
2.25 <u>NOTA DE CULPA</u>	23
2.26 <u>NECROPSIA</u>	24
2.27 <u>INDISPENSABILIDADE</u>	25
2.28 <u>ANTECEDENTES PENAIIS</u>	25
2.29 <u>ALTERAÇÕES</u>	25
2.30 <u>RELATÓRIO</u>	26
2.31 <u>REMESSA À AUDITORIA MILITAR</u>	26
2.32 <u>CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES</u>	26
2.33 <u>PRISÃO</u>	26
2.34 <u>INSUBORDINAÇÃO OU DESACATO</u>	27
2.35 <u>ESCRIVÃO AD HOC</u>	27
2.36 <u>SIGILO - ATRIBUIÇÃO</u>	27
2.37 <u>COMUNICAÇÕES INICIAIS - MENSAGEM</u>	28
2.38 <u>DEPOIMENTOS</u>	28

2.39	<u>ACAREÇÃO</u>	29
2.40	<u>TRANSFERÊNCIA DE PRISÃO OU LOCAL DE CUSTÓDIA</u>	29
2.41	<u>REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIAS E EXAMES</u>	29
2.42	<u>FORMULAÇÃO DE QUESITOS</u>	29
2.43	<u>AValiação DIRETA E INDIRETA</u>	30
2.44	<u>HOMOLOGAÇÃO DOS LAUDOS</u>	30
2.45	<u>RECONHECIMENTO DE PESSOAS E OBJETOS</u>	30
2.46	<u>RUBRICA</u>	30
2.47	<u>APF LAVRADO POR AUTORIDADE MILITAR</u>	30
2.48	<u>LIBERDADE PROVISÓRIA</u>	31
2.49	<u>ASSEMELHADO</u>	31
2.50	<u>CASA</u>	31
2.51	<u>CRIMES IMPROPRIAMENTE MILITARES</u>	32
2.52	<u>MILITAR DA RESERVA E REFORMADO</u>	32
2.53	<u>ÁREA MILITAR OU SUJEITA À ADMINISTRAÇÃO MILITAR</u>	32
2.54	<u>ALGEMAS - FORÇAS - ARMAS</u>	32
3	PRAZOS	34
4	DISPOSIÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36
Anexo A	- Modelo de Capa de Auto de Prisão em Flagrante	37
Anexo B	- Modelo do Termo de Compromisso	38
Anexo C	- Modelo do Termo de Apresentação	39
Anexo D	- Modelo do Auto de Prisão em Flagrante Delito	40
Anexo E	- Modelo de Termo de Acareação	42
Anexo F	- Modelo de Laudo de Avaliação	43
Anexo G	- Modelo de Laudo de Avaliação Indireta	44
Anexo H	- Modelo de Certidão	45
Anexo I	- Modelo de Conclusão	46
Anexo J	- Modelo de Despacho	47
Anexo L	- Modelo de Laudo de Exame de Corpo de Delito	48
Anexo M	- Modelo de Laudo de Exame de Corpo de Delito Indireto	49
Anexo N	- Modelo de Laudo de Exame de Sanidade	50
Anexo O	- Modelo de Laudo de Exame de Toxidez	51
Anexo P	- Modelo de Laudo de Exame Pericial	53
Anexo Q	- Modelo de Nota de Culpa	54
Anexo R	- Modelo de quesitos para exames periciais em caso de homicídio	55
Anexo S	- Modelo de quesitos para exames periciais em caso de ferimento ou ofensa física	56
Anexo T	- Modelo de quesitos para exames periciais em caso de conjunção carnal	57
Anexo U	- Modelo de quesitos para exames periciais em caso de atentado ao pudor (contra homem)	58
Anexo V	- Modelo de quesitos para exames periciais em caso de atentado ao pudor (contra mulher)	59
Anexo X	- Modelo de quesitos para exames periciais em caso de envenenamento	60

Anexo Z	-	Modelo de quesitos para exames periciais em caso de falsidade	61
Anexo AA	-	Modelo de quesitos para exames periciais em caso de furto qualificado	62
Anexo BB	-	Modelo de quesitos para exames periciais em caso de destruição ou dano	63
Anexo CC	-	Modelo de quesitos para exames periciais em caso de roubo ou extorsão.....	64
Anexo DD	-	Modelo de quesitos para exames periciais em caso de incêndio.....	65
Anexo EE	-	Modelo de quesitos para exames periciais em caso de embriaguez.....	66
Anexo FF	-	Modelo de quesitos para exames periciais em caso de toxicomania	67
Anexo GG	-	Modelo de Portaria	68
Anexo HH	-	Modelo de ofício de comunicação de prisão em flagrante	69
Anexo II	-	Modelo de recibo de recolhimento de preso.....	70
Anexo JJ	-	Modelo de termo de recolhimento de objetos	71
Anexo LL	-	Modelo de termo de recolhimento de pessoa	72
Anexo MM	-	Modelo de conclusão	73
Anexo NN	-	Modelo de despachos	74
Anexo OO	-	Modelo de recebimento, certidão e juntada.....	76
Anexo PP	-	Modelo de Certidão dos Direitos Constitucionais.....	77
Anexo QQ	-	Modelo de ofício de solicitação de exame pericial	78
Anexo RR	-	Modelo de ofício de solicitação de laudo de exame cadavérico	79
Anexo SS	-	Modelo de ofício de solicitação de laudo de exame de corpo de delito	80
Anexo TT	-	Modelo de ofício de solicitação de documentos.....	81
Anexo UU	-	Modelo de ofício.....	82
Anexo VV	-	Modelo de relatório	83
Anexo XX	-	Modelo de ofício de remessa de auto de prisão em flagrante delito	84
Anexo ZZ	-	Modelo de auto de exibição e apreensão	85
Anexo AAA	-	Modelo de ofício de remessa de procedimento de auto de prisão em flagrante	86
Anexo BBB	-	Modelo de ofício de apresentação de militar ou civil	87
Anexo CCC	-	Modelo de ofício de apresentação de militar ou civil	88
Anexo DDD	-	Modelo de ofício de apresentação de militar ou civil	89
Anexo EEE	-	Quadro de consulta	90
ÍNDICE.....			97

PREFÁCIO

A preocupação com a falta de uma Instrução Normativa que balizasse, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), os procedimentos necessários à correta execução de um Auto de Prisão em Flagrante (APF) motivou a realização de estudos que resultaram na elaboração da presente Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA).

Para tanto, foi imprescindível o assessoramento da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), por meio da realização de um trabalho com base na doutrina e jurisprudência atuais, de maneira a que se obtivesse uma Instrução de acordo com a nova Ordem Jurídica Nacional.

Procurou-se produzir um documento que apresentasse os comentários necessários, os formulários pertinentes e as orientações mais modernas e adequadas à situação jurídica e política do País e que estivesse, é claro, em conformidade à doutrina processual penal e à própria Constituição.

A maior dificuldade para a consecução dos procedimentos que envolvem um APF - por parte dos Comandantes, Chefes e Diretores de Organizações Militares da Aeronáutica, bem como de seus Oficiais-de-Dia - resulta da falta de um conhecimento aprofundado acerca desse tema. A complexidade do assunto, os vários tipos de modelo para investigação técnica (perícia), principalmente nos crimes que deixam vestígios, e a variada gama de recursos jurídicos, na maior parte das vezes desconhecidos pelos oficiais, podem causar a anulação de toda a peça informativa e, ainda, acarretar graves danos a toda investigação, trazendo, muitas vezes, consequências irreversíveis para a Administração Militar.

Assim sendo, a viabilização da presente ICA representa um significativo ganho para a Aeronáutica, na medida em que vem a preencher uma lacuna que vinha causando grandes transtornos e perplexidades, principalmente, quando as Organizações Militares (OM) eram acometidas por situações delituosas que demandassem a realização de perícia local ou de exame de corpo-de-delito mais acurado.

Agora, certamente, tornar-se-á mais fácil confeccionar essa sumária peça informativa que, quando bem elaborada, substitui o Inquérito Policial Militar (IPM).

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade normatizar, padronizar e orientar os procedimentos administrativos para a elaboração de APF no âmbito do COMAER.

1.2 CONCEITUAÇÃO

1.2.1 FLAGRANTE

Remonta a pacífica doutrina e a mansa jurisprudência do Direito Processual Penal que a palavra “flagrante” é derivada do latim **flagrare** (queimar) e **flagrans, flagrantis** (ardente, brilhante, resplandescente), que no léxico significa acalorado, ou evidente, ou notório, ou visível, ou manifesto. Em sentido, “flagrante” é uma qualidade do delito, é o delito que está sendo cometido, praticado, é o ilícito patente, irrecusável, insofismável, que permite a prisão do seu autor, sem mandado, por ser considerado como a “certeza visual do crime.”

1.2.2 PRISÃO EM FLAGRANTE

É um ato administrativo, ou seja, uma medida cautelar de natureza processual que dispensa ordem escrita e é prevista expressamente pela Constituição da República Federativa do Brasil (art 5º, LXI). É evidente, pois, que o princípio da inocência ou da não culpabilidade (consagrado no art. 5º, LVII, da Constituição da República Federativa do Brasil) não impede a prisão em flagrante de natureza processual, que não tenha sido suprimida pelo legislador constitucional.

A possibilidade de se prender alguém em flagrante delito é um sistema de auto defesa da sociedade, derivada da necessidade social de fazer cessar a prática criminosa e a perturbação da ordem jurídica, tendo também o sentido de salutar providência acautelatória da prova da materialidade do fato e da respectiva autoria.

1.2.3 OBRIGATORIEDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE

Ao ser detido o autor de uma infração enquadrada em qualquer uma das situações consideradas pela lei como de flagrante delito - ou seja, havendo a **notitia criminis** e estando presentes os pressupostos legais - a autoridade policial militar fica obrigada a proceder a lavratura do competente auto de prisão.

1.2.4 TIPOS DE FLAGRANTES

1.2.4.1 Flagrante Próprio

Embora a situação de flagrância ocorra, em seu sentido estrito, quando o agente está cometendo ilícito (art 244, alínea “a” do Código do Processo Penal Militar - CPPM), a lei considera também como flagrante próprio quem acabou de praticar a infração (art. 244, alínea “b” do CPPM).

1.2.4.2 Flagrante Impróprio

Dá-se a denominação de Flagrante Impróprio, ou Quase-Flagrante, à prisão daquele que é perseguido logo após o ato delituoso, em situação que faça presumir ser o autor da infração (art. 244, alínea “c” do CPPM).

1.2.4.3 Flagrante Presumido

A denominação de Flagrante Presumido é aplicada ao caso de prisão daquele que é encontrado, logo depois da infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração (art. 244, alínea “d” do CPPM). Há que se reconhecer, porém, que, nos próprios termos da lei, o flagrante impróprio é também hipótese de presunção.

1.2.4.4 Flagrante em Crime Permanente

É aquele que ocorre por meio de infração permanente, sendo o agente considerado em flagrante delito enquanto não cessar a permanência (art. 244, parágrafo único, do CPPM). Nessa espécie de delito, a consumação se prolonga no tempo, dependendo da vontade do agente. Como exemplo, podem ser citados os crimes de seqüestro (art. 225, do Código Penal Militar - CPM), de extorsão mediante seqüestro (art. 149, do CPM), nos crimes cuja conduta é “trazer consigo”, “ter em depósito”, “transportar” (por exemplo, tráfico), posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar (art. 290 do CPM) etc. Nessas hipóteses, o crime está sendo cometido durante o tempo da consumação, havendo, pois, caso típico de flagrância.

1.2.4.5 Flagrante em Crime Habitual

Consiste da prisão em flagrante que exige a prova da reiteração da conduta que traduza o comportamento criminoso, ou seja, a habitualidade. Apesar de tudo, não é incabível a prisão em flagrante nos casos ilícitos habituais, muito embora seja flutuante a Jurisprudência dos nossos Tribunais e haja divisão na Doutrina Pátria quanto à possibilidade da prisão em flagrante do crime com essa qualificação doutrinária. Todavia, se for possível, no ato, deve-se comprovar a habitualidade. Não se negaria a situação de flagrância no caso da prisão, por oficial, do responsável pelo exercício de comércio no local em que estejam presentes clientes realizando o processo de compra. Tal medida visaria a favorecer a oportunidade de produção e colheita de provas e, principalmente, à conveniência da manutenção dos princípios basilares da hierarquia e da disciplina, tão importantes para a índole do Processo Penal Militar.

1.2.4.6 Flagrante Preparado

Segundo a Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal (STF), “não há crime se a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.”

1.2.4.7 Flagrante Provocado

É aquele que ocorre “quando o agente é induzido à prática de um crime pela ‘Pseudo Vítima’, por terceiro ou por ‘maus policiais’ (no caso, chamado de agente provocador). Na realidade, estas pessoas é que estão praticando crime”.

1.2.4.8 Flagrante Esperado

É aquele em que “a atividade policial é apenas de alerta, sem instigar o mecanismo causal da infração, e que procura colher a pessoa ao executar a infração, frustrando a sua consumação, porque exercia vigilância sobre o delinquente”.

1.2.4.9 Flagrante Esperado, Diferido ou Retardo

Previsto no art. 2º, inciso II da Lei nº 9.034 de 03 de maio de 1995 que “dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas”, chamado de ação controlada. Trata-se de procedimento policial que tem por escopo manter observação e acompanhamento de determinada empreitada criminosa praticada por organização ilegal, visando a identificar o momento oportuno e conveniente para realizar a prisão em flagrante, obtendo, assim, provas e informações sobre o modo de atuar da quadrilha ou organização. Portanto, poderá haver retardo na prisão por parte das autoridades militares ou por seus comandados - sem que isto configure prevaricação (art. 319 do CPM) - desde que haja acompanhamento e observação da conduta delituosa da organização criminosa. Constitui um mecanismo muito importante para se caracterizar o flagrante nas atividades desenvolvidas por organização criminosa que esteja voltada, principalmente, para a prática do crime de tráfico de entorpecente, previsto no art. 290 do CPM.

1.2.5 O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO

1.2.5.1 Crime culposos

Não há proibição legal em proceder-se o APF em crime culposos, desde que observado os requisitos legais.

1.2.5.2 Preceitos legais e dogmas constitucionais

O APF, como qualquer outro procedimento administrativo, deve ser feito com o máximo cuidado possível, observando-se os preceitos legais e, principalmente, os dogmas (pontos fundamentais) constitucionais, previstos nos incisos LXI, LXII, XIII, LXIV E LXV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

1.2.5.3 Dispositivos legais e constitucionais

A autoridade que presidir o APF deverá estar atenta para os dispositivos legais que disciplinam a Prisão em Flagrante, contidos nos art. 243 até 253 do CPPM, combinados com os incisos citados no item 1.2.5.1 da presente Instrução, ou seja: “Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada; o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado; o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial; a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária”. A inobservância de alguma destas normas pode implicar o relaxamento da prisão, por ilegalidade, ou até mesmo a nulidade do APF.

1.2.5.4 Certidão de direito constitucional

É necessário expedir-se uma certidão dos direitos constitucionais, exigindo-se recibo, ratificando que foram lidos e postos à disposição do flagranteado os Direitos Constitucionais inculpidos nos incisos previstos no item 1.2.5.1 da presente Instrução, com o propósito de resguardar a administração militar de possíveis questionamentos quanto à legalidade do procedimento.

1.2.5.5 Dispensa de IPM

O APF constituirá o próprio IPM, quando o seu conteúdo for suficiente para elucidação do fato delituoso e da sua autoria, dispensando, assim, outras diligências, salvo o exame de corpo de delito no crime que deixa vestígios.

1.2.5.6 Remessa à autoridade judiciária

Deverá ser feita a remessa imediata do APF ao Juiz competente, contendo um breve relatório da autoridade policial militar. No caso de dependência de diligência de exame de corpo de delito, de busca e apreensão dos instrumentos do crime ou de a qualquer outra ação necessária ao seu esclarecimento, a remessa poderá ser postergada até, no máximo, cinco dias. Nas sedes em que houver mais de uma Auditoria Militar, o APF deverá ser encaminhado à Auditoria-de-distribuição da Circunscrição Judiciária Militar (CJM) respectiva.

1.2.5.7 Devolução para diligências

O APF poderá ser mandado ou devolvido à autoridade militar, pelo Juiz ou a requerimento do Ministério Público, se novas diligências forem necessárias ao esclarecimento do fato.

1.2.5.8 Credibilidade

A credibilidade na feitura de um APF depende da objetividade dos fatos apurados e da obediência às formalidades previstas em lei, em especial, ao CPPM, e observando-se sempre os Direitos e Garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente, os inculpidos no seu art. 5º, incisos LXII, LXIII, LXIV e LXV.

1.3 ATRIBUIÇÃO

1.3.1 A incumbência para a instauração do APF será sempre do Comandante, Chefe, Diretor ou Oficial-de-Dia que age como **longa manus** do Comando, Chefia ou Direção da OM em que ocorra um fato que demande a aplicação dessa medida. Logo, a apresentação do flagranteado deverá ser feita, obrigatoriamente a uma dessas autoridades, que assumirá a função de Presidente do APF.

1.3.2 Conforme prevê o art. 245 do CPM, ainda que a voz de prisão seja dada por militar mais antigo ou por autoridade superior às mencionadas no item 1.3.1 da presente Instrução, não será da sua competência a autuação do procedimento de APF.

1.3.3 Embora o art. 223 do CPPM estabeleça que a prisão de militar deva ser feita por outro militar de maior grau hierárquico, esta condição deve ser observada a ressalva para o caso de prisão em flagrante, posto que, neste caso, poderá ser feita por qualquer militar, independente antiguidade, conforme prevê o art. 243 do mesmo diploma legal. Considera-se, pois, um dever do militar, mesmo de menor grau hierárquico, impedir a consumação de ato criminoso praticado por um militar mais antigo, tendo em vista que estará preservando um interesse público subjetivo maior. Conseqüentemente, a retenção (e não a detenção ou prisão) de um superior hierárquico por outro mais moderno deve ser vista como uma obrigação, devendo, após, a prisão e condução do preso ser efetivada por autoridade que esteja em conformidade com os princípios hierárquicos.

1.3.4 Tão logo o flagranteado seja apresentado a uma das autoridades previstas no item 1.3.1 da presente instrução ou a uma autoridade judiciária, caberá a qualquer deles ouvir o condutor e as testemunhas que acompanharem o indiciado, sendo este último inquirido sobre a imputação que lhe é feita e, especialmente, sobre o lugar e a hora em que o fato aconteceu, lavrando-se de todo o APF, que será, por todos, assinado.

1.3.5 A inquirição deverá ser feita na ordem supracitada, isto é, primeiramente ouve-se o condutor, depois as testemunhas e, somente então, é que se deve inquirir o indiciado, pois, caso contrário, a prisão em flagrante será relaxada pela autoridade judiciária competente.

1.3.6 Se, por ocasião da prisão em flagrante, não for possível arrolar testemunhas do fato, nada impede que seja lavrado o competente APF, desde que este procedimento seja assinado por, pelo menos, duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do flagranteado.

1.3.7 Em se tratando de ato infracional, ou seja, ilícito cometido por menor imputável (menor de dezoito anos de idade) deverá o infrator ser, imediatamente, apresentado ao Juiz da Infância e da Juventude da localidade onde ocorreu o fato ou à Delegacia da Criança e da Adolescência, quando existente. Se for o caso de responsabilização dos pais, a apresentação deverá ser feita junto à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Na falta de Delegacia Especializada, pode-se lançar mão de qualquer Delegacia, que deverá tomar o procedimento cabível. Tais procedimentos vão ao encontro do que prevê o art. 245, § 1º do CPPM e art. 171, 172 e seu parágrafo único da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.3.8 Finalizado o procedimento administrativo, o APF será remetido à autoridade judiciária competente, que o encaminhará ao Ministério Público para a emissão de opinião sobre delito.

1.4 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se a todas as OM do COMAER.

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 PECULIARIDADE DO TIPO PENAL

Embora todos os APF sejam conduzidos, em sua essência, por um mesmo procedimento, existem peculiaridades para cada tipo de delito previsto no ordenamento jurídico brasileiro, que demandam a adoção de medidas particulares para se perquirir indícios de autoria e materialidade, visando a subsidiar os elementos mínimos para a propositura da ação penal. Por essa razão, serão apresentados, a seguir, alguns comentários que, somados aos modelos de documentos constantes do anexo à presente ICA, têm o propósito de dar suporte ao processo investigatório necessário à confecção de um APF, a fim de que não seja considerado ilegal pela autoridade judiciária, o que poderia acarretar em sua anulação ou, até mesmo, no relaxamento da prisão.

2.2 INFRAÇÃO COM VESTÍGIO

Nos ilícitos que deixam vestígios (por exemplo, no roubo, no furto ou nos crimes contra o patrimônio em geral) deve haver, necessariamente, uma perícia. O processo de investigação normal do fato não dispensa a realização de uma investigação técnica paralela (chamada pela doutrina e jurisprudência, indiscriminadamente, de *perícia* ou o de *exame de corpo-de-delito*). Este procedimento serve para aferir-se o vestígio, a lesão à pessoa, à coisa ou ao local do crime, visando a investigar os indícios de autoria, bem como a existência da materialidade, os quais não serão reproduzidos em juízo, posto que as perícias e exames são desde já instrutórios da ação penal, conforme art. 9º, parágrafo único do CPPM.

2.2.1 NATUREZA DO EXAME CONFORME O ILÍCITO

ILÍCITO	NATUREZA DO EXAME
Homicídio	Exame de necropsia.
Crime de lesão corporal	Obrigatório o exame de corpo-de-delito da vítima
Prisão por porte de substância entorpecente (droga ilícita)	Deverá ser submetido, mediante diligência determinada pelo presidente do APF, a exame de constatação para verificar se a substância apreendida está relacionada como proibida, pela Organização Mundial de Saúde, para eventual consumo ou injeção.
Roubo ou furto qualificado	Em muitos casos, serão obrigatórios os exames de corpo-de-delito das coisas arrombadas ou danificadas, quando preservado o local do crime.
Crime contra o patrimônio	Deve-se proceder a um laudo de avaliação, que consiste da determinação do valor do bem apreendido

2.3 RELAXAMENTO DO AUTO

Se o APF apresentar qualquer nulidade por inobservância de formalidades legais, perderá o seu caráter coercitivo, isto é, o flagrado deverá ser posto em liberdade, permanecendo, todavia, com o caráter informativo. Assim, se, por exemplo, não forem lidos os direitos constitucionais para o flagrado, a prisão será relaxada, mas nada impedirá que seja proposta ação penal, com base nas provas, ali coligidas.

2.4 AUTUAÇÃO

Autuar um APF significa ordenar as primeiras peças de um processo, pondo-lhe uma capa e lavrando-se o respectivo termo de autuação, a fim de dar início a seu curso em juízo. Em seu corpo, deve estar contido:

- a) nome do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica e do escalão considerado (incumbido de lavrar o competente Auto);
- b) posto, quadro e nome completo do Presidente do Auto e posto, quadro e nome completo (ou graduação, especialidade e nome completo) do Escrivão;
- c) posto, quadro e nome completo (ou graduação, especialidade e nome completo) do condutor autor da prisão;
- d) posto, quadro e nome completo (ou graduação, especialidade e nome completo) do flagranteado. Se houver mais de um, salientar o primeiro flagranteado com o complemento “e outro(a)” ou “e outros(as)”; e
- e) local e data com a assinatura do escrivão, declinando, abaixo de sua assinatura, o posto, quadro e nome completo (ou graduação especialidade e nome completo).

2.5 CRONOLOGIA DO AUTO

Todas as peças do APF serão reunidas pelo escrivão, por ordem cronológica, em um só processo, devendo ser digitado em espaço dois e com as folhas numeradas e por ele rubricadas.

2.6 ESCRIVÃO

2.6.1 O Escrivão, designado pelo Comandante (ou pelo oficial-de-dia, quando após o expediente ou nos dias não úteis), deverá ser um oficial do posto de capitão, primeiro-tenente ou segundo-tenente, se o preso for oficial. Para demais casos, poderão ser designados suboficiais ou sargentos.

2.6.2 Na falta ou impedimento de pessoal para o exercício das atividades de escrivão, com as características mencionadas no parágrafo anterior, a autoridade poderá designar qualquer pessoa idônea para lavrar o auto, a qual prestará, para esse fim, o compromisso legal (de acordo com o parágrafo 5º do art. 245 do CPPM).

2.7 PRISÃO

Qualquer pessoa poderá (norma facultativa) - e os militares deverão (norma impositiva, obrigatória) - prender quem for insubmisso ou desertor, bem como quem for encontrado em flagrante delito.

2.8 ESTADO DE FLAGRÂNCIA

O estado de flagrância está definido no art. 244 do CPPM. Se por ocasião da lavratura do APF, não for possível ao condutor (pessoa que prendeu o infrator, dando-lhe voz de prisão) apresentar testemunhas que hajam assistido ao fato ou que dele tenham conhecimento, mesmo assim, o Auto deverá ser lavrado na presença de duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso. Nesse caso, o Presidente do APF deverá

promover diligências no sentido de serem ouvidas testemunhas ou outras pessoas que saibam, ou que tenham conhecimento, ou que hajam assistido ao fato delituoso, devendo precisar, sempre, dia, hora e local do evento. Uma vez lavrado e por todos assinado, o Auto deverá ser encaminhado, no máximo, dentro de cinco dias, em virtude da necessidade de realização de diligências, ou de exame de corpo de delito, ou da busca e apreensão dos instrumentos do crime, ou periciais ou outras provas que se fizerem necessárias à completa apuração dos fatos delituosos.

2.9 ASSINATURA A ROGO

Caso ocorra a situação em que o infrator não saiba, se recuse ou mesmo não possa assinar o Auto, o Presidente do APF deverá, em qualquer dessas situações, diligenciar para que duas testemunhas assinem o procedimento, desde que tenham ouvido a leitura na presença do flagranteado, do condutor e das testemunhas do fato delituoso.

2.10 EXAMES E PERÍCIAS

2.10.1 O(s) instrumento(s), objeto(s), material(is) ou papéis encontrados em poder do infrator e que façam presumir a sua participação no fato delituoso deverão ser submetidos aos exames periciais, na forma da legislação vigente. Assim, toda vez que houver a necessidade de se proceder a exame pericial, deverá o Presidente do APF determinar a juntada do laudo devido nos autos na forma da Lei.

Exemplos:

- a) disparo de arma de fogo - a arma deverá ser apreendida e submetida a exame pericial (exame de balística);
- b) luta corporal com ferimentos - a pessoa ferida deverá ser submetida a exame de corpo de delito; e
- c) luta corporal com ferimentos, que se resulte em morte - deverá ser procedido ao exame cadavérico ou de necropsia.

2.10.2 É imprescindível que os exames periciais em armas, objetos, materiais ou instrumentos empregados na prática de crimes sejam procedidos logo após a ocorrência de delitos que deixam vestígios, uma vez que constituem prova de excepcional importância para fornecer às autoridades, em conjunto com as demais provas, subsídios valiosos à convicção e decisão do feito.

2.10.3 Os exames e perícias - que se tornem necessários para compor o Auto ou que sirvam para homologar os que neles hajam sido regularmente realizados - poderão ser requisitados aos laboratórios oficiais ou a quaisquer repartições técnicas, militares ou civis.

2.10.4 É importante salientar que, quanto maior a demora na realização de exames ou perícias, maior a possibilidade de haver prejuízo na confirmação de indícios para apuração da autoria e materialidade da infração penal.

2.11 EXAME DE CORPO DE DELITO

2.11.1 Quando não puder ser obtido o “Laudo de Exame de Corpo-de-Delito”, em função da impossibilidade de ser realizado o exame de corpo de delito direto, devido ao tempo decorrido, deverá ser lavrado o “Laudo de Exame de Corpo-de-Delito Indireto”, que conterà depoimento das pessoas que presenciaram a ocorrência, de acordo com o art. 328 do CPPM.

2.11.2 É importante lembrar que o Exame de Corpo-de-Delito pode ser feito tanto em pessoa quanto em coisa, no local do sinistro (perícia local) ou, posteriormente, em laboratório, que poderá ser oficial ou não, dependendo do tipo penal e da qualificação doutrinária ensinada pela doutrina e jurisprudência.

2.12 PERITO OU INTÉRPRETE

2.12.1 Sempre que for determinada a realização de exames e perícias no âmbito da jurisdição militar, o Presidente do APF deverá estar atento para que as nomeações dos peritos recaiam, preferencialmente, sobre oficiais da ativa, atendida a especialidade, nos termos do art. 48 do CPPM.

2.12.2 Recomenda-se ao Presidente do APF, ainda, o cuidado de, antecipadamente, consultar o Comandante da OM em que servem os oficiais a serem requisitados como peritos, sobre a possibilidade de designá-los para esse fim.

2.12.3 Caso não haja óbices por parte do Comandante, Chefe ou Diretor da OM, ou mesmo pelos escolhidos, expedir-se-á ofício com os dados necessários e os quesitos pertinentes à elaboração da perícia.

2.12.4 O perito ou intérprete prestará compromisso de desempenhar a função com obediência à disciplina judiciária, para apreciação do juiz.

2.12.5 Os peritos devem procurar responder aos quesitos que lhes forem formulados, e outros que entenderem de direito, da maneira mais clara possível, evitando-se dupla interpretação ou ambigüidade de resposta, formulando, assim, Autos ou Laudos precisos, simples e objetivos, não comportando divagações.

2.13 AUTO DE AVALIAÇÃO

Nos casos em que o infrator é surpreendido com o(s) objeto(s) furtado(s), roubado(s), destruído(s), inutilizado(s), deteriorado(s), desaparecido(s) (v. g.: no caso do crime de dano, em que logo após ou logo depois à consumação do delito, na modalidade de fazer desaparecer, o infrator é encontrado com a coisa que estava, inicialmente, sumida) , ou até mesmo extraviado(s), além da apreensão, deverá ser procedido ao competente Auto de Avaliação do Material(is), a fim de se saber o(s) valor(es) do(s) objeto(s) subtraído(s). Este procedimento visa a uma melhor tipificação e argumentação do crime pelo Ministério Público e aquiescência do juízo processante, para melhor julgamento do feito em juízo e cominação do quantum da pena.

2.14 CURADOR DE MENORES

2.14.1 Se o flagranteado for cidadão com idade entre dezoito e 21 anos, poderá o Presidente do APF nomear um Curador para assisti-lo durante o interrogatório e os demais atos dos quais tenha de participar, inclusive, assinando o referido Auto e a respectiva Nota de Culpa, juntamente com o flagranteado. Dispensa-se, assim, o compromisso formal, recaindo a escolha sobre qualquer pessoa idônea.

2.14.2 Com o advento do novo Código Civil, a menoridade passou a cessar aos dezoito anos de idade. Em consequência, a doutrina tem acolhido o posicionamento no sentido da revogação dos dispositivos do Código de Processo Penal e o Código de Processo Penal Militar que previam tal nomeação, em face do disposto no art. 5º do novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), que passou a vigorar a partir de 11 de janeiro de 2003, posto que o instituto da capacidade é eminentemente de direito civil. Todavia, em face do brocardo **abundans cautela non nocet**, que quer dizer: “cautela abundante não prejudica”, não há qualquer prejuízo para a Defesa ou para a Acusação nos processos ou procedimento em que continuam sendo nomeados curadores para os menores de idade.

2.15 COMPROMISSO

2.15.1 O compromisso legal deverá ser prestado pelo Condutor, Testemunhas, Peritos, Intérpretes e outros que não tenham o impedimento previsto em Lei. Os menores de 21 anos não podem ser peritos ou intérpretes, pois se trata de uma exigência legal, não tendo qualquer vinculação com a capacidade civil. É um critério meramente biológico.

2.15.2 O indiciado não presta o compromisso, tendo em vista que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Recomenda-se a leitura dos seguintes artigos do CPPM:

- a) art. 10, § 1º - Superioridade ou igualdade de postos do infrator;
- b) art. 10, § 4º - Oficial-General como infrator;
- c) art. 10, § 5º - Índícios contra oficial de posto superior ou mais antigo no curso do inquérito;
- d) art. 21 - Digitação em espaço dois;
- e) art. 243 a 253 - Da Prisão em Flagrante;
- f) art. 300 - Consignação das perguntas e respostas;
- g) art. 301 - Observância das disposições e atos realizados na fase judicial;
- h) art. 306 § 1º - Nomeação de Curador;
- i) art. 307 e 310 - Confissão do Indiciado; e
- j) art. 349 - Requisição de militar ou funcionário público.

2.16 ISENÇÃO DO COMPROMISSO DE DIZER A VERDADE

Estão isentos do compromisso de dizer a verdade os menores de quatorze anos, os doentes ou deficientes mentais, os ascendentes, descendentes, sogro, sogra, genro, nora, cônjuge, irmão ou pessoa que tenha vínculo de adoção com o flagranteado, os quais poderão ser ouvidos como testemunhas desde que observado o disposto no art. 354 do CPPM.

2.17 CONCLUSÃO

2.17.1 Toda vez que o Presidente do APF determinar uma providência ou realizar uma diligência necessária para a apuração do fato delituoso, ordenará ao Escrivão que lhe faça conclusão dos autos.

2.17.2 A conclusão precederá a toda e qualquer manifestação do Presidente do APF nos autos. A seguir, obedecerá a uma seqüência: CONCLUSÃO, DESPACHO (ordens relativas ao fato delituoso, emanadas do Presidente do APF para integral cumprimento), RECEBIMENTO, CERTIDÃO e JUNTADA. Esta seqüência de atos do Escrivão, para facilitar a elaboração do Flagrante, far-se-á por carimbos, se houver. Além desses, nada impede o uso de outros.

2.18 DESPACHO

Todos os documentos recebidos pelo Presidente do APF e referentes aos autos conterão o despacho acima, salvo nos casos de laudos periciais ou autos de exames, já que os referidos documentos podem ser encaminhados a juízo após a remessa do procedimento.

2.19 JUNTADA

De cada documento a que se exare despacho do Presidente do APF será feita uma juntada com o respectivo termo, devendo ser mencionada a data.

2.20 PROVAS

São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, devendo o Presidente do APF determinar a imediata juntada de quaisquer documentos, desde que legais, com fulcro no art. 5º, inciso LVI da Lei Maior.

2.21 DOCUMENTO

2.21.1 Os atos em seqüência (CONCLUSÃO, DESPACHO, RECEBIMENTO, CERTIDÃO e JUNTADA) ocorrerão um em seguida do outro e, sempre que possível, na mesma folha. Este procedimento, além favorecer a economia de espaço, diminui a quantidade de folhas e o volume do Flagrante.

2.21.2 Em seu corpo, deverá constar a seguinte informação: “Junte-se aos autos o presente documento, que me foi entregue pessoalmente por (Nome Completo de quem ofereceu o documento; se houver parentesco ou relação do apresentante, completará: pai, irmão do preso, ofendido, etc.)”.

2.21.3 A variedade de DESPACHOS, dada a multiplicidade de providências e diligências necessárias à elucidação da infração penal, impede, muitas vezes, o uso de carimbo.

2.22 VARIEDADE DO DESPACHO

2.22.1 O despacho é variável, dependendo das providências necessárias à elucidação da infração penal, da estrita atribuição do Presidente do APF, contendo determinações, recomendações, instruções, ordens, etc.

2.22.2 Tudo que constar dos autos do Flagrante precede de despacho do seu Presidente no próprio documento, ou inserindo nos depoimentos, ou por termo nos autos.

2.23 ATOS ILÍCITOS SEM PERÍCIAS

2.23.1 A remessa imediata do APF ao juiz competente, se não tiver sido lavrado por autoridade judiciária, ocorre, normalmente, nos casos de insubordinação ou de outros atos ilícitos que não dependam de exames ou perícias ao complemento da apuração dos fatos delituosos.

2.23.2 As providências constantes do despacho de Fl 7 do APF (Parte I) são:

- a) obrigatória:
 - a expedição da competente Nota de Culpa deverá ser expedida sempre que for lavrado APF contra qualquer pessoa.
- b) normas, em caso de necessidade da realização de diligências, quais sejam:
 - solicitação dos laudos de exames cadavéricos e de corpo de delito;
 - solicitação da folha de antecedentes penais (ficha de antecedentes criminais) e das individuais datiloscópicas do preso;
 - solicitação da remessa das alterações do preso à autoridade militar competente; e
 - encaminhamento da arma apreendida e objeto do crime, com solicitação do competente laudo pericial.

2.24 PROCEDIMENTO

2.24.1 Há uma seqüência de atos que formam o procedimento do Flagrante, qual seja:

- 1º CONCLUSÃO - executada pelo Escrivão, que submete os autos à consideração do Presidente do APF;
- 2º DESPACHO - executado pelo Presidente do APF, dando ordens para integral cumprimento e relacionadas com a apuração do ilícito penal militar, em tese;
- 3º RECEBIMENTO - outro ato exercido pelo Escrivão, que se trata de assinalar o dia em que os autos retornaram do Presidente do APF com o DESPACHO; e
- 4º CERTIDÃO - lavrada, nos autos, pelo Escrivão, devendo ser digitada ou datilografada ou aposta em carimbo, se houver. Neste termo processual é certificado o cumprimento das ordens emanadas do Presidente do APF.

2.24.2 Em alguns casos, o Escrivão pode detalhar os atos que praticou e, ainda, justificar o que deixou de cumprir. Imediatamente, para novas determinações do Presidente do APF, fará CONCLUSÃO.

2.24.3 Compete ao Escrivão conferir o original com a fotocópia apresentada para juntada aos autos. Feita a conferência, lançará a seguinte certidão no documento copiado por fotocópia ou xerox:

Confere com o original: Em, . . . 20xx
<hr/> PRESIDENTE DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO

2.24.5 Nos termos do Parágrafo único do art. 21 do CPPM, o Escrivão lavrará o termo de JUNTADA (digitado ou datilografado ou aposto em carimbo, se houver), antecedendo o documento, cujo ingresso nos autos foi determinado por despacho, datado, escrito nele próprio, do Presidente do APF.

2.24.6 A ordem cronológica da apresentação dos documentos deverá ser rigorosamente observada. Em se tratando de vários documentos despachados no mesmo dia, bastará um só termo de JUNTADA.

2.24.7 Os termos de inquirição de testemunhas e do preso, bem como os termos de acareação dispensam a JUNTADA, uma vez que deles participam tanto o Presidente quanto o Escrivão do APF.

2.24.8 Os atos RECEBIMENTO, CERTIDÃO e JUNTADA podem e devem ser praticados, sempre que possível, com aproveitamento de todos os espaços do papel. Todavia, deve-se obedecer, sistematicamente, a ordem cronológica das execuções, sem a necessidade de lançá-las, isoladamente, em outra folha.

2.25 NOTA DE CULPA

2.25.1 Toda vez que qualquer pessoa for presa e autuada em flagrante delito, será (norma impositiva, obrigatória) dada ao flagranteado, dentro em vinte e quatro horas após a prisão, uma nota de culpa com as assinaturas do Presidente do APF (sobreposta ao posto, quadro e nome completo, com o motivo da prisão, do Condutor (sobreposta ao posto, quadro e nome completo ou graduação especialidade e nome completo) e das testemunhas (sobrepostas ao posto, quadro e nome completo ou graduação, especialidade e nome completo). A inobservância desse procedimento implica em nulidade insanável, ou seja, a nulidade do flagrante e o conseqüente relaxamento da prisão do infrator.

2.25.2 O prazo para a expedição e a entrega da nota de culpa ao preso é fatal, ou seja, dentro de vinte e quatro horas após a sua prisão.

2.25.3 O flagranteado passará recibo da nota de culpa, que poderá ser assinado por duas testemunhas, quando ele não souber, não puder ou não quiser assinar. Em se tratando, porém, de preso menor de vinte e um anos de idade e maior de dezoito, deverão constar, também, na nota de culpa, o “ciente” e a “assinatura” do Curador nomeado pela autoridade (Presidente do APF).

2.25.4 O civilmente identificado, em princípio, não deverá ser identificado criminalmente, posto que pode haver, em tese, crime de abuso de autoridade ou, até mesmo, um constrangimento ilegal por parte da autoridade que presidir o APF. Vale aduzir, todavia, que a Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 5º, inciso LVIII, estabelece: “o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”.

2.25.5 A norma disciplinadora é a Lei nº 10.054, de 7 de dezembro de 2000, que prescreve no seu art. 1º: “O preso em flagrante delito, o indiciado em inquérito policial, aquele que pratica infração penal de menor gravidade (art. 61, caput e parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), assim como aqueles contra os quais tenha sido expedido mandado de prisão judicial, desde que não identificados civilmente, assim como aqueles contra os quais tenha sido expedido mandado de prisão judicial, desde que não identificados

civilmente, serão submetidos à identificação criminal, inclusive pelo processo datiloscópico e fotográfico”.

2.25.6 De acordo com o art 3º da Lei nº 10.054 de 2000, “Somente poderão ser identificados criminalmente se houver a fundada suspeita de falsificação ou adulteração do documento de identidade, se o estado de conservação ou distância temporal da expedição de documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais ou se constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações; somente se houver registro do extravio do documento de identidade ou se o indiciado ou acusado não comprovar, em 48 (quarenta e oito) horas, sua identificação civil; quando estiver indiciado ou acusado pela prática de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio, praticados mediante violência ou grave ameaça, crime de receptação qualificada, crimes contra a liberdade sexual ou crime de falsificação de documento público.” Em se tratando de infração evidentemente de natureza penal comum, preso será remetido à autoridade civil competente.

2.25.7 Quando a prisão em flagrante for efetuada em lugar não sujeito à administração militar, o APF poderá ser lavrado por autoridade civil ou pela autoridade militar do lugar mais próximo daquele em que ocorrer a prisão.

2.25.8 Tanto em relação ao Código do Processo Penal comum quanto com referência ao CPPM, o legislador estabeleceu uma exceção nos casos de acidente de trânsito, em face do disposto na Lei nº 5.970, de 11 de dezembro de 1973, e na lei nº 6.174, de 9 de dezembro de 1974, que “Dispõe sobre a aplicação do disposto nos art. 12, alínea “a”, e 339 do Código de Processo Penal Militar, nos casos de acidente de trânsito, e dá outras providências”. O art. 1º da referida lei estabelece: “o disposto nos art. 12, alínea “a”, e 339 do Código de Processo Penal Militar, nos casos de acidente de trânsito, não impede que a autoridade ou agente policial possa autorizar, independente de exame local, a imediata remoção das vítimas, como dos veículos envolvidos nele, se estiverem no leito da via pública e com prejuízo de trânsito. Parágrafo único. A autoridade ou agente policial que autorizar a remoção facultativa neste artigo lavrará boletim, no qual registrará a ocorrência com todas as circunstâncias necessárias à apuração de responsabilidades, e arrolará as testemunhas que presenciaram, se as houver”.

2.25.9 Uma vez lavrado o APF, o preso passará imediatamente à disposição da autoridade judiciária competente para conhecer do processo.

2.26 NECROPSIA

2.26.1 A necropsia é indispensável em qualquer evento que resulte em morte, uma vez que, somente por meio desse procedimento, é que se pode definir a causa-mortis, evitando, assim, o chamado crime impossível, ou seja, crime em que o objeto jurídico a ser tutelado não existe mais. Agindo assim, é possível identificar se a ação ou omissão do agente (flagranteado) foi desferida em um alvo já sem vida (vítima de enfarto, embolia ou outra enfermidade cardíaca ou correlata), ou seja, “matar quem já está morto”.

2.26.2 É vedada ao médico que tenha tratado do morto em sua última doença a possibilidade de efetuar a necropsia.

2.26.3 Normalmente, é dado um prazo de seis horas após o óbito para que seja efetivado o exame de necropsia. Porém, se por qualquer motivo for realizado antes do prazo previsto, deverão os peritos declarar este fato nos Autos (art. 334 do CPPM).

2.26.5 Cabe ressaltar ainda que, nas situações em haja a necessidade de esclarecimentos, pode-se ensejar a exumação (art. 338 do CPPM).

2.27 INDISPENSABILIDADE

2.27.1 Sempre que a infração deixar vestígio, é obrigatório o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo ser feito em qualquer dia ou hora.

2.27.2 O Presidente do APF atentar-se-á para as respostas aos quesitos constantes do Auto de Exame de Corpo de Delito, para, se for o caso, proceder a Exame Complementar, definidor da gravidade das lesões. A natureza da lesão influencia a qualidade e quantidade da pena: se leve, detenção, podendo desclassificar de crime para infração disciplinar; se grave, reclusão (art. 209, § 1º, § 2º, § 3º, etc., e, ainda, art. 209, § 6º, todos do CPM).

2.27.3 Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, os peritos podem concluir pela necessidade de novo exame na vítima (complementar). O Presidente do APF deverá solicitá-lo, de ofício, a autoridade judiciária ou por requerimento do indiciado, do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, conforme estabelece o art. 331 do CPPM.

2.27.4 Sobre o tema, ainda, recomenda-se a leitura atenciosa dos seguintes artigos do CPPM:

- a) art. 301. - Observância de disposições e atos realizados na fase judicial;
- b) art. 321. - Requisição de perícia e exame e homologação dos regularmente realizados;
- c) art. 324. - Ilustração dos laudos com fotogramas, microfotografias, desenhos, esquemas, devidamente rubricados;
- d) art. 328. - Indispensabilidade do exame de corpo de delito; e
- e) art. 329. - O Exame de corpo de delito realizar-se-á a qualquer dia e hora.

2.28 ANTECEDENTES PENAIIS

2.28.1 O art. 391 do CPPM e seu parágrafo único determinam a juntada da folha de antecedentes penais do preso aos autos e, sempre que possível, a datiloscópica individual do infrator.

2.28.2 Na requisição da folha de antecedentes penais à autoridade civil competente, o Presidente do APF não deve omitir a qualificação completa do flagranteado (nome completo dos pais, data do nascimento, naturalidade, etc.), visando a coibir equívocos como, por exemplo, homônimos.

2.28.3 Pela folha de antecedentes penais do preso, conhecida como Ficha de Antecedentes Criminais na justiça comum, é possível verificar-se sua situação jurídico-penal (primário, reincidente), com o propósito de serem aclaradas as dúvidas no juízo competente.

2.29 ALTERAÇÕES

A juntada do extrato da fê de ofício aos autos, ou assentamentos e alterações do preso militar, é imposição contida no art. 391 do CPPM, constituindo-se em elementos indispensáveis à avaliação da conduta, personalidade e comportamento do preso por parte das autoridades julgadoras.

2.30 RELATÓRIO

2.30.1 Compete ao Presidente do APF a realização de um relatório sucinto do fato que ensejou a prisão em flagrante delito (precisando dia, hora e local do evento, as pessoas ouvidas, as diligências realizadas e os resultados obtidos), devendo ser elaborado, preferencialmente, com o APF já devidamente montado para facilitar a sua feitura.

2.30.2 A seguir, o APF deve ser remetido, imediatamente, ao juiz competente (se não tiver sido lavrado por autoridade judiciária) e, no máximo, dentro de cinco dias (se depender de diligência prevista no art. 246 do CPPM).

2.30.3 Exaurido o prazo de cinco dias sem que as diligências determinadas tenham sido cumpridas, deve o Presidente do APF remeter o Auto lavrado à autoridade judiciária competente, protestando pela remessa posterior do que foi solicitado (exames, perícias, folha de antecedentes penais, etc.) tão logo seja recebido pela autoridade militar.

2.30.4 Convém salientar que os instrumentos do crime e os objetos que sirvam como provas acompanham os autos, quando encaminhados à Justiça Militar.

2.31 REMESSA À AUDITORIA MILITAR

2.31.1 Os autos do Flagrante serão remetidos à autoridade judiciária competente (onde ocorreu a infração penal) ou ao Juiz-Auditor Distribuidor (onde houver mais de uma Auditoria na mesma sede), nos termos da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, com alteração dada pela Lei nº 8.719, de 19 de outubro de 1993.

2.31.2 Os instrumentos utilizados na prática da infração penal e os objetos que interessam à prova acompanharão os autos do Flagrante de delito, devendo ser conferidos, na presença do portador do expediente, pelo servidor da Justiça Militar, que passará recibo datado daquilo que receber na 2ª via do ofício, livro, protocolo ou em documento hábil da autoridade competente.

2.32 CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES

Os crimes propriamente militares, segundo a melhor doutrina, são aqueles que exigem a qualidade de militar do agente, posto que a ação penal só pode ser proposta contra militar. Trata-se de um crime funcional, ou seja, de uma infração associada ao dever militar (por exemplo: motim, revolta, violência contra superior, desrespeito ao superior, insubordinação, usurpação, excesso ou abuso de autoridade, deserção, abandono de posto, ineficiência de força, etc.). A prisão do infrator independe de ordem escrita da autoridade judiciária, podendo ser efetivada pela autoridade militar competente, devendo, contudo, ser comunicada imediatamente ao juiz competente (art. 5º, inciso LXII da Constituição da República Federativa do Brasil).

2.33 PRISÃO

2.33.1 A voz de prisão será dada ao infrator em nome do Comandante da OM (ou de autoridade equivalente) onde ocorrer o fato delituoso. Caso a infração seja cometida em área estranha à circunscrição militar, a voz de prisão será dada em nome do Comandante do

COMAR da circunscrição ou, se fora da sede deste, em nome do comandante mais antigo presente, mesmo em se tratando de militar de outra corporação.

2.33.2 Quando o ilícito penal ocorrer em área estranha à circunscrição militar, mas que não se trate de ato considerado como crime militar, deverá o autor ser apresentado à autoridade judiciária ou policial em cuja jurisdição ocorreu a infração. Em se tratando de menor inimputável, será apresentado ao Juiz da Infância e da Juventude (ou a um juiz que exerça essa função).

2.33.3 Quando uma autoridade, com circunscrição na área militar, presenciar a prática de um ilícito penal ou quando, no exercício de suas funções, for vítima de uma infração, deverá ela própria prender e autuar em flagrante o infrator, reportando esta circunstância no “Termo de Apresentação” (art. 249 do CPPM).

2.33.4 Quando o infrator for encaminhado à prisão não subordinada à autoridade que o autuou, deverá ser apresentado por meio de “ofício” que contenha, anexa, uma cópia do “APF”. O recebimento do preso será certificado por meio de “Recibo”, mandado passar pela autoridade que o receber, em cópia do “APF” (art. 237 do CPPM).

2.33.5 O preso deverá ser conduzido, em princípio, normalmente, sendo admissível, quando indispensável, o emprego da força, especialmente nos casos de desobediência, resistência e tentativa de fuga, na forma das disposições do art. 234 do CPPM e seus parágrafos. Deve-se, sempre, ter o cuidado com os menores de idade, haja vista o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.33.6 No caso de infração cometida por alguma das autoridades previstas no art. 242 do CPPM, deve ser observado, conforme a disponibilidade existente na OM, o direito a prisão especial a que faz jus.

2.34 INSUBORDINAÇÃO OU DESACATO

Em caso de insubordinação ou desacato, o infrator deve ser alertado para o fato de que sua atitude constitui crime, a fim de configurar a predisposição consciente de praticar o ato. Se mantiver a atitude, mesmo após ter sido alertado, ser-lhe-á dada voz de prisão, conforme disposto no parágrafo anterior.

2.35 ESCRIVÃO AD HOC

O escrivão designado **ad hoc** prestará o compromisso legal, de acordo com o art. 11, parágrafo único ou art. 245, § 5º do CPPM, e lavrará o competente “Termo de Compromisso”.

2.36 SIGILO - ATRIBUIÇÃO

2.36.1 O APF, quanto ao sigilo, terá, normalmente, tratamento OSTENSIVO. Todavia, desde que não venha a prejudicar o andamento dos atos necessários à formação do procedimento investigatório, devem ser observadas as seguintes peculiaridades:

- a) quando o preso for sargento ou suboficial, os autos poderão ser classificados como RESERVADO;
- b) quando o preso for oficial, poderão ser classificados como CONFIDENCIAL; e

- c) se o fato envolver assunto que afete a Segurança da Organização Militar ou da Instituição, os autos serão classificados como CONFIDENCIAL ou SECRETO.

2.36.2 É atribuição exclusiva do Presidente do APF, consoante o art. 6º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.553 de 27 de dezembro de 2002, a classificação do processo.

2.37 COMUNICAÇÕES INICIAIS - MENSAGEM

2.37.1 A prisão em flagrante delito de qualquer pessoa, bem como o local em que se encontra detida, deverão ser comunicados, imediatamente, às autoridades judiciárias e ao Ministério Público pelo titular da OM onde foi lavrado o flagrante. Se possível, nos locais em que haja Defensoria Pública, a mesma também deverá ser informada, se for o caso, por meio de ofício.

2.37.2 A família do preso ou a pessoa por ele indicada também deverá ser informada da prisão em flagrante delito e do local em que ela está ocorrendo, seja por meio de carta, telefone ou telegrama.

2.37.3 Quando o flagranteado for Oficial-General, o fato será também comunicado, por meio da cadeia de Comando, ao Comandante da Aeronáutica, a quem caberá avisar (ou delegar a outro que o faça) ao Presidente do Superior Tribunal Militar (art. 10, § 4º do CPPM).

2.37.4 A prisão de militar de outra Força Singular ou Auxiliar será comunicada, também, à autoridade a quem o detido estiver subordinado, por meio de ofício mencionando o local onde se encontra o flagranteado e contendo, anexa, uma cópia do “APF” (ver modelo 16 do anexo “F”).

2.38 DEPOIMENTOS

2.38.1 Após ser tomado um depoimento, o respectivo termo deverá lido e assinado pelo depoente e, caso haja, pelas testemunhas, que rubricarão, também, as folhas que não contiverem assinatura.

2.38.2 Caso o depoente seja analfabeto, serão convocadas duas testemunhas para acompanhar o depoimento, devendo este ser por elas firmado, comprovando, assim, que o texto é idêntico ao declarado pelo depoente. Este, por sua vez, firmará o documento pela impressão digital do polegar direito ou, na ausência deste, do esquerdo.

2.38.3 Os atos do APF serão sempre expressos na língua nacional, devendo, portanto, os documentos que estejam em língua estrangeira ser traduzidos para o português, por tradutor nomeado pelo presidente do auto, sob compromisso. No caso do depoente (flagranteado, testemunha, ofendido ou quem quer que tenha de prestar esclarecimento oral no processo) ser estrangeiro, deverá ser ouvido por intérprete, desde que não saiba falar a língua nacional ou não consiga, com exatidão, enunciar o que pretende ou, ainda, não compreenda o que lhe é perguntado.

2.38.3 Em se tratando de depoente surdo, as perguntas a lhe serem feitas serão apresentadas por escrito e respondidas oralmente.

2.38.4 Quando o depoente for mudo, as perguntas ser-lhe-ão feitas oralmente e respondidas por escrito.

2.38.5 No caso do depoente ser cego, o depoimento será firmado por testemunhas, que poderão ser indicadas pelo próprio depoente e que procederão como no caso do depoimento de analfabeto.

2.38.6 Para quaisquer dos casos acima apresentados, caso o interrogado ou ofendido ou inquirido não saiba ler ou escrever, deverá intervir no ato, como intérprete, pessoa habilitada a entendê-lo.

2.39 ACAREACÃO

Quando houver divergência nas partes essenciais de determinados depoimentos, deverão os depoentes ser devidamente acareados, de acordo com o art. 365 do CPPM. O “Termo de Acareação” será lavrado, mas os depoentes não prestarão compromisso, por já o terem realizado quando do depoimento inicial.

2.40 TRANSFERÊNCIA DE PRISÃO OU LOCAL DE CUSTÓDIA

2.40.1 A necessidade de transferência de prisão ou de local de custódia será comunicada, imediatamente, ao Comandante do COMAR em cuja circunscrição encontra-se o detido, bem como às autoridades judiciárias competentes e ao seu comandante ou autoridade equivalente, quando não for o preso subordinado militarmente a quem determinou a transferência. Deverá, também, ser a transferência comunicada à família ou a qualquer outra pessoa indicada pelo preso.

2.40.2 A comunicação a que se refere a alínea anterior, no âmbito da Força Aérea Brasileira será encaminhada às autoridades destinatárias da comunicação inicial, por meio de mensagem com mesmo grau de sigilo da mensagem inicial, à qual fará referência. Para as autoridades judiciárias ou militares estranhas ao Comando da Aeronáutica, o fato será comunicado por meio de ofício.

2.40.3 Somente após autorizado pelo Juiz-Auditor da Circunscrição Judiciária ou Juiz competente (em caso de infração comum onde ocorrer a prisão), poderá o preso ser transferido, principalmente, para a área de outra circunscrição ou jurisdição.

2.41 REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIAS E EXAMES

2.41.1 A autoridade nomeante, ou a que presidir a lavratura de “APF”, poderá, se preciso for, requisitar das autoridades policiais todas as diligências e exames que se fizerem necessários para esclarecimento do fato. Quando existir instituto técnico de criminalística no local, esse serviço poderá, também, ser requisitado para a realização dos exames periciais.

2.41.2 Caso necessário, poderá ser, também, requisitado o serviço de pessoas estranhas às Forças Armadas, mas de comprovada experiência técnica no assunto e de conhecida idoneidade moral.

2.41.3 Caso o ato criminoso resulte em morte, uma cópia da certidão deverá ser anexada aos autos de óbito e, logo que possível, ser remetida ao Juiz-Auditor uma cópia dos termos do exame de necropsia, caso tal exame seja realizado.

2.42 FORMULAÇÃO DE QUESITOS

Os quesitos formulados aos peritos serão feitos de acordo com as circunstâncias e com o que se deseja esclarecer, devendo o presidente ter o máximo de cuidado em sua formulação.

2.43 AVALIAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Sempre que for verificada a ocorrência de furto, roubo ou dano à Fazenda Nacional, deverá ser efetuada a correspondente avaliação do material subtraído ou danificado e lavrado o “Laudo de Avaliação”, que será firmado por dois peritos (de preferência, por dois oficiais do quadro de intendência) designados pela autoridade responsável por presidir a lavratura do “APF” nesse caso. Na impossibilidade de ser efetuada uma avaliação direta do material extraviado, será lavrado o “Laudo de Avaliação Indireta”.

2.44 HOMOLOGAÇÃO DOS LAUDOS

2.44.1 Serão homologados, de próprio punho no documento, todos os laudos de exame ou de avaliação que vierem a constituir peças dos autos, de acordo com o art. 321 do CPPM, devendo ser datado e assinado, além de conter os seguintes termos: “Julgo este laudo procedente para que surta os efeitos legais”.

2.44.2 Quando o encarregado ou autoridade que presidiu a lavratura do “APF” julgar um laudo improcedente (hipótese que deve ocorrer só em caráter muito excepcional), deverá justificar, no próprio laudo, o motivo que o levou a discordar do mesmo. Mesmo assim, deverá juntá-lo aos autos para posterior avaliação judicial e, se for o caso, investigação e novas providências.

2.45 RECONHECIMENTO DE PESSOAS E OBJETOS

O reconhecimento de pessoas e objetos, ao ser efetuado pelo depoente, será firmado no “Termo de Reconhecimento de Pessoa” ou no “Termo de Reconhecimento de Objetos”.

2.46 RUBRICA

Todas as folhas dos autos deverão ser rubricadas da seguinte forma: pelo escrivão - embaixo da numeração; e pelo presidente ou pela autoridade que presidir a lavratura dos autos - em sua margem direita.

2.47 APF LAVRADO POR AUTORIDADE MILITAR

2.47.1 Quando o APF for suficiente para elucidação do fato e de sua autoria, não há a necessidade de se instaurar um IPM (art. 27 do CPPM), devendo, nesse caso, ser feita a remessa do Auto ao Juiz competente, com breve relatório da autoridade policial militar. Onde houver mais de uma Auditoria Militar, deverá ser o Auto encaminhado àquela em que o Juiz Auditor for o mais antigo da Circunscrição Judiciária Militar respectiva ou ao Juiz-Distribuidor, se houver (Lei nº 8457, de 4 de setembro de 1992, art. 11, § 4º).

2.47.2 Somente se procede à instauração de IPM quando os fatos delituosos não forem ou não puderem ser apurados no APF, ou quando houver requisição (ordem) do Ministério Público para instauração do IPM.

2.47.3 O compromisso legal deverá ser prestado pelo condutor, testemunhas, peritos, intérpretes e outros que não tenham o impedimento previsto em Lei. O indiciado não presta compromisso, sendo-lhe garantido o direito ao silêncio (CR, art.5º, inciso LXIII).

2.47.4 Ao Presidente do Flagrante caberá o exame da conveniência, ou utilidade da peça para ordenar a juntada. Em caso positivo, proferirá despacho adequado.

2.48 LIBERDADE PROVISÓRIA

São aqueles casos em que o infrator pode livrar-se solto provisoriamente, desde que enquadrado em uma das seguintes situações:

- a) não for cominada a pena privativa de liberdade (CPPM, art. 270, **caput**);
- b) caso de infração culposa, desde que não compreendida entre as previstas no Livro I, Título I, da Parte Especial, do CPM referente às infrações culposas contra a segurança (CPPM, art. 270 “a”); e
- c) caso de infração punida com pena de detenção não superior a dois anos, salvo as previstas no art. 157 (violência contra superior), art. 160 (despojamento desprezível), art. 163 (insubordinação, na modalidade de recusa de obediência), art. 164 (oposição às ordens da sentinela), art. 166 (publicação ou crítica indevida), art. 173 (abuso de requisição militar), art. 176 (ofensa aviltante a inferior), art. 177 (resistência), art. 192 (deserção por evasão ou fuga), art. 235 (pederastia ou outro ato de libidinagem), art. 299 (desacato a militar) e art. 302 (ingresso clandestino), todos do Código Penal Militar (CPM).

2.49 ASSEMELHADO

2.49.1 Não há, para efeitos penais, a figura do funcionário público civil chamado assemelhado (art. 21 do CPM e art. 84 do CPPM), haja vista que os servidores atuais da administração militar estão sob a égide da Lei 8.112 de 1990 e, não se sujeitam mais aos regulamentos disciplinares das Forças Armadas. A equiparação atual é apenas para efeitos administrativos e também para algumas prerrogativas administrativas, visando à adequação das consecuições e finalidades do serviço público adequado ao meio militar. Tais dispositivos são, hoje, segundo a melhor doutrina, de cunho abstrato, pois, na realidade, não existem civis com a subordinação prevista - preceito de disciplina militar.

2.49.2 A previsão do assemelhado continua nos códigos, já que as leis penais e processuais militares são mais vulneráveis às mutações sociais e às convulsões internas e externas, podendo surgir, a qualquer momento, o assemelhado concreto que se incorpore na citada previsão abstrata.

2.49.3 O funcionário lotado em repartição militar existe realmente - é o funcionário que presta serviço junto às Organizações Militares das Forças Armadas, mas que se sujeitam apenas às normas administrativas, (v.g. horário), sem aquela sujeição a preceito de disciplina militar, em virtude de lei ou regulamento que o tornaria um assemelhado.

2.50 CASA

A casa é o asilo inviolável do indivíduo, ou seja, ninguém nela pode adentrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou de desastre ou, ainda, para prestar socorro ou por determinação judicial, desde que, neste último caso, durante o dia

(art. 5º, inciso XI da Constituição da República Federativa do Brasil). Cabe ressaltar que o dia vai das seis às dezoito horas ou, em algumas situações excepcionais, do nascer ao pôr do sol.

2.51 CRIMES IMPROPRIAMENTE MILITARES

2.51.1 O crime impropriamente militar é aquele que pode ser praticado por qualquer cidadão, seja ele civil ou militar, desde que esteja enquadrado na respectiva legislação. Um exemplo de crime impropriamente militar, praticado por civil, é aquele que envolve ação de violência contra sentinela (art. 158 do CPM).

2.51.2 Já o homicídio de um militar, em situação de atividade, praticado por outro militar na mesma situação (art.9º, inciso II, alínea “a”, e 205, todos do CPM, combinados), bem como o furto em quartel, praticado por militar em situação de atividade (art. 9º, inciso II, alínea “b”) são exemplos de crime classificados pela lei, em certas condições, como militares.

2.52 MILITAR DA RESERVA E REFORMADO

Quando empregado na administração da caserna, o militar da reserva ou reformado se equipara àquele em situação de atividade, para efeito da aplicação da lei penal militar. Logo, por força de lei, estará sujeito ao mesmo enquadramento a que o militar da ativa é passível, nos crimes previstos no art. 9º inciso II, alínea “a”, do COM, ou seja, aqueles praticados “por militar em situação de atividade, contra militar na mesma situação”.

2.53 ÁREA MILITAR OU SUJEITA À ADMINISTRAÇÃO MILITAR

2.53.1 Em princípio, área sob a administração militar, para fins jurídicos, é toda aquela de natureza exclusivamente militar, ainda que empregada, transitoriamente, para fins de acantonamento, acampamento ou missão, devendo estar cercada, vigiada e contendo placas informativas de tratar-se de área militar. Também é considerada como área sujeita à administração militar, aquela prevista no registro de imóveis ou na planta de determinada organização, desde que, também, esteja cercada, vigiada e com placas, devidamente sinalizadas, informando que se trata de área sob a administração militar.

2.53.2 É importante salientar que não pode haver dúvidas de que a área de circunscrição está sujeita à Administração Militar e que visa a desenvolver e cumprir atividades de natureza especificamente militar, como instrução e aprimoramento da operacionalidade, estando, portanto, sujeita à disciplina militar, de acordo com a destinação insculpida e delineada no art. 142 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.53.3 Dessa forma, os quartos dos hotéis de trânsito, bancos, cantinas e quaisquer outras atividades permitidas ou concedidas em instalações existentes dentro de quartéis, que não sejam de caráter militar, não são áreas sujeitas à administração militar. Obviamente, esses estabelecimentos devem atender a uma norma específica que autorize essa situação, seja por meio de contrato, convênio ou qualquer forma de concessão ou permissão prevista na legislação administrativa ou civil.

2.54 ALGEMAS - FORÇAS - ARMAS

2.54.1 O critério da razoabilidade (ou seja, atitude de bom senso) deve sempre ser empregado para a utilização de algemas, de armas ou da força durante a realização de determinada prisão, posto que a medida adotada pela autoridade militar será sempre objeto de verificação, a fim

de avaliar-se a possibilidade da ocorrência de crime de abuso de autoridade, de acordo com o disposto na alínea “i” do art. 3º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.

2.54.2 No caso de algemas, será permitido o seu uso, desde que sejam aplicadas em caráter excepcional, ou seja, somente em situação de resistência ou quando o juiz decretar a prisão preventiva com fulcro na periculosidade do infrator. Os casos em que houver resistência por parte de terceiros poderão caracterizar o delito tipificado no art. 177 do CPM.

3 PRAZOS

3.1 O APF deve ser remetido, imediatamente, à Autoridade Judiciária Competente. Todavia, quando houver a necessidade de exames e perícias para a sua elucidação, ou seja, nos crimes que deixam vestígios, pode o referido processo ser remetido no prazo máximo de cinco dias corridos e improrrogáveis.

3.2 A contagem do prazo tem início no dia em que for realizada a prisão do infrator, independente de ocorrer dentro ou fora do horário de expediente.

3.3 Tão logo o Comandante receba os autos, deverá envidar esforços para que a sua remessa ocorra dentro dos prazos previstos, não fazendo nenhum juízo de valor acerca do mesmo.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A Autoridade que vier a presidir o procedimento administrativo de um APF deverá observar as Disposições Preliminares, as Disposições Gerais e, principalmente, o Prazo para a sua remessa, a fim de que não incorra em qualquer erro que possa comprometer a sua validade.

4.2 Os recursos do flagranteado, ou do seu representante, e os procedimentos aplicáveis na espécie são os previstos no CPPM.

4.3 Outros documentos não mencionados nessa Instrução deverão seguir, segundo as necessidades, a formalística própria para IPM.

4.4 Os Modelos apresentados nos anexos de A a EEE deverão ser adaptados conforme a exigência de cada caso concreto e do tipo penal em voga, visando a uma melhor elucidação do evento delituoso.

4.5 Os casos não previstos nesta Instrução deverão ser submetidos à apreciação do Comandante da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. [Brasília-DF], 05 out. 1988.

_____. *Lei nº 5.970, de 11 de maio de 1973*. Exclui da aplicação do disposto nos art. 6º, inciso I, 64 e 169, do Código de Processo Penal, os casos de acidente de trânsito, e, dá outras providências. [Brasília-DF], maio 1973.

_____. *Lei nº 6.174, de 9 de dezembro de 1974*. Dispõe sobre a aplicação do disposto nos art. 12, alínea “a”, e 339, do Código de Processo Penal Militar, nos casos de acidente de trânsito, e dá outras providências. [Brasília-DF], dez. 1974.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. [Brasília-DF], jul. 1990.

_____. *Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais. [Brasília-DF], dez. 1990.

_____. *Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992*. Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares. [Brasília-DF], set. 1992.

_____. *Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995*. Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. [Brasília-DF], maio 1995.

_____. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. [Brasília-DF], set. 1995.

_____. *Lei nº 10.054, de 7 de dezembro de 2000*. Dispõe sobre a identificação criminal e dá outras providências. [Brasília-DF], dez. 2000.

_____. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. [Brasília-DF], jan. 2002.

_____. *Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969*. Código Penal Militar, [Brasília-DF], out. 1969.

_____. *Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969*. Código de Processo Penal Militar, [Brasília-DF] out. 1969.

BRASIL. *Doutrina: Elementos de Direito Processual Penal Militar* - Autores: Nelson Coldibelli e Cláudio Amim Miguel.

Anexo A - Modelo de Capa de Auto de Prisão em Flagrante

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO (APF)

PRESIDENTE: (Posto Quadro e Nome Completo)

CONDUTOR: (Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo do autor da prisão)

ESCRIVÃO: (Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo)

FLAGRANTEADO: (Posto Quadro e Nome Completo e/ou Graduação Especialidade e Nome Completo)

AUTUAÇÃO

Aos dias do mês de do ano de 20xx nesta cidade do (OM devida) autuo as peças do presente Flagrante do que, para constar, lavrei o presente termo.

Eu, (rubrica do Escrivão) (Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo), servindo de Escrivão que o escrevi e subscrevo.

Nome Completo Posto e Quadro
Escrivão

ou

Nome Completo Graduação e Especialidade
Escrivão

Anexo B - Modelo do Termo de Compromisso

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

TERMO DE COMPROMISSO

Aos dias do mês de de 20xx, na (OM ou o local onde será lavrado o Auto de Prisão em Flagrante Delito), na cidade, Estado do, onde me encontrava, eu, (Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo do Escrivão), fui designado pelo Sr (Posto Quadro e Nome Completo) ou (Graduação Especialidade e Nome Completo) do Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito, para servir como escrivão **ad hoc** na lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito contra (Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo), o que faço prestando por este termo o compromisso de manter o sigilo e cumprir fielmente as determinações legais, em conformidade com o art. 11 do Código de Processo Penal Militar, do que, para constar, lavrei este termo, que assino com a referida autoridade, do que dou fé. Eu, ... (rubrica), Escrivão **ad hoc**, o escrevi.

Local,de.....de 20xx.

Nome Completo Posto e Quadro
Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito

Nome Completo Graduação e Especialidade
Escrivão

ou

Nome Completo Posto e Quadro
Escrivão

Anexo C - Modelo do Termo de Apresentação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

TERMO DE APRESENTAÇÃO

Foi-me apresentado hoje, às horas, nesta cidade de (ou lugar onde for), nesta OM o (ou local onde for), o (qualificação), conduzido preso por (qualificação, por (resumo do fato) sendo o ato testemunhado por e (qualificação), quando determinei fosse imediatamente lavrado contra o infrator o competente Auto de Prisão em Flagrante. Designo o (posto ou graduação, quadro ou especialidade, profissão ou cargo, se civil, e nome), para, sob compromisso, exercer as funções de escrivão **ad hoc** e proceder à lavratura do respectivo auto, nos termos do art. 245 do Código de Processo Penal Militar.

(seguem-se a data, a assinatura, o posto e a função, que no momento exerce, a autoridade que manda lavrar o Auto de Prisão em Flagrante).

Anexo D - Modelo do Auto de Prisão em Flagrante Delito



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO (APF)

AUTUAÇÃO

Aos dias do mês de do ano de 20xx, nesta cidade do, Estado do, na (OM devida), onde se achava (Nome Completo Posto e Quadro do Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito), comigo (Posto Quadro e Nome Completo) ou (Graduação Especialidade e Nome Completo), servindo de Escrivão, aí presente o condutor (Nome Completo) ou (Posto ou Graduação Especialidade, cargo ou profissão e Nome Completo) e sua respectiva qualificação, ou seja:nacionalidade,naturalidade,filiação,estado civil,idade,profissão,residência e, se militar,(nome da OM); e se civil, onde deve ser encontrado), sabendo ler e escrever, o qual inquirido pela autoridade sob o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, disse que (REGISTRAR O DEPOIMENTO DO CONDUTOR). E mais não disse nem lhe foi perguntado. A seguir, cientificado de seus direitos constitucionais, dentre os quais o de permanecer calado, o direito de constituir advogado e o direito de comunicar-se com familiares, o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, passou a autoridade a qualificar o FLAGRANTEADO, o qual perguntado, declarou chamar-se (nome completo, nacionalidade, naturalidade, filiação, estado civil, idade, profissão, residência e, se militar, onde serve; e se civil, local onde pode ser encontrado). ***[Em se tratando de pessoa, entre 18 (dezoito) até menos de 21 (de vinte e um anos de idade), o Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito pode nomear Curador para assisti-lo, recaindo a nomeação, preferencialmente, em pessoa indicada pelo flagranteado, todavia na impossibilidade ou dificuldade, deve recair em qualquer pessoa idônea].*** Neste caso, deve ser acrescentado o seguinte texto; “em face de o indiciado haver declarado contar, atualmente, com XX anos de idade, a autoridade nomeou seu Curador o (nome posto ou graduação ou qualificação completa, se civil) que aceitou o encargo”. Em seguida, presente a primeira testemunha (Nome Completo) (nacionalidade), natural do Estado do , filho de e de ,(estado civil) ,anos de idade, (Profissão, se militar esclarecer onde serve) servindo no , residente à Rua, nº -(bairro)- (cidade), estado do , sabendo ler e escrever, o qual ouvido pela autoridade, sob o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, disse que (registrar o depoimento prestado). E nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Em seguida, presente a segunda testemunha (nome completo e respectiva qualificação), (nacionalidade) natural do Estado do ,filho de e de , (estado civil), anos de idade, (profissão, se militar esclarecer onde serve) servindo no ,

Continuação do Anexo D - Modelo do Auto de Prisão em Flagrante Delito

residente à Rua, nº - (bairro) - (cidade), estado do , sabendo ler e escrever, o qual ouvido pela autoridade, sob o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, disse que (registrar o depoimento prestado). E nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Em seguida, presente a vítima (nome completo), (nacionalidade), natural do Estado do filho de e de , (estado civil), anos de idade, (profissão, se militar esclarecer onde serve) servindo no , residente à Rua , nº - (bairro) - (cidade), estado do , sabendo ler e escrever, a qual, ouvida pela autoridade, disse que (registrar o depoimento prestado). E mais não disse e nem lhe foi perguntado. Em seguida, interrogado o flagranteado, declarou que (registrar o depoimento prestado. Indicando dia, hora e local dos fatos). (valendo-se o indiciado de seu direito constitucional de manter-se calado no interrogatório, ou de que somente se manifestará em juízo, não podendo em hipótese alguma o seu silêncio importar em prejuízo para o indiciado). E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Pelo que mandou a autoridade encerrar este auto, iniciado às horas e concluído às horas, que assina com o condutor, as testemunhas, o flagranteado. Eu (nome e posto/graduação do escrivão), servindo de Escrivão, o escrevi.

Nome completo e posto do Presidente do Flagrante
Presidente do Flagrante

Nome completo e posto/graduação/profissão do condutor
Condutor

Nome completo e posto/graduação/profissão da 1ª testemunha
Testemunha

Nome completo e posto/graduação/profissão da 2ª testemunha
Testemunha

Nome completo e posto/graduação/profissão da vítima
Vítima

Nome completo e posto/graduação/profissão do indiciado
Indiciado

Nome completo e posto/profissão do curador
Curador (se for o caso)

Nome completo e posto/graduação/profissão do escrivão
Escrivão

Obs: 1 - As folhas anteriores e as referentes aos depoimentos prestados deverão conter a rubrica de todos os participantes do Auto de Prisão em Flagrante Delito.

2 - Quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra ela, no exercício de suas funções, deverá ela própria prender e autuar em flagrante o infrator, mencionando a circunstância”, segundo dispõe o art. 249 do CPPM. Assim, quando o fato for praticado em presença da autoridade e ela própria prender e autuar o infrator, deverá ser feita a devida adaptação no Auto de Prisão em Flagrante Delito.

Anexo E - Modelo de Termo de Acareação

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

TERMO DE ACAREAÇÃO

Aos ... dias do mês de do ano, nesta cidade de (ou lugar onde for), nesta OM (ou local onde for), presente (posto e nome), (Comandante ou representante legal), presente (s) a (s) testemunha (s) (ou infrator ou ofendido), já inquiridos(as) neste procedimento, à vista das divergências (ou contradições) existentes nos seus depoimentos, nos pontos tais e tais) e sob o compromisso prestado e de acordo com o art. 365 do CPPM, foram perguntados aos mesmos depoentes, um em frente ao outro, para explicar tais divergências (ou contradições). E, depois de lido perante eles os depoimentos referidos, em suas partes contraditórias (ou divergentes), pela testemunha (infrator ou ofendido) foi dito que (segue-se o que disse a testemunha, infrator ou ofendido) . E como nada mais declararam, foi encerrado este termo que, lido e achado conforme, vai, por todos, assinado. Eu (posto ou graduação, quadro ou especialidade, e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

(Seguem-se as assinaturas da autoridade presente e dos acareados).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Acareador de maior grau hierárquico

FULANO DE TAL
Acareador de menor grau hierárquico

FULANO DE TAL
Presidente do Auto

Anexo F - Modelo de Laudo de Avaliação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Aos ... dias do mês de do ano, nesta cidade de (ou lugar onde for), no (local onde se procedeu a avaliação), presente (s) (qualificação completa), perito(s), nomeado(s) por portaria do Comandante ou Representante legal), a fim de proceder (em) à avaliação de (das) (mencionar os bens e as avarias), que depois de examinados, foram avaliados em (descrever o valor dos bens conforme consta do cadastro do setor de registro ou dizer o objeto tal vale tanto e assim por diante) importando o valor total em (por extenso e em algarismos). Foi (ram) esta(s) a(s) declaração(ões) que, em sã consciência e sob o compromisso prestado, fez (fizeram). E, por nada mais haver, deu-se por finda a presente avaliação, lavrando-se este Laudo, que vai pelo(s) perito(s) assinado. Eu, (posto ou graduação, quadro ou especialidade, NIP e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

(Seguem-se as assinaturas dos peritos).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Perito 1

FULANO DE TAL
Perito 2

Anexo G - Modelo de Laudo de Avaliação Indireta

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA

Aos ... dias do mês de do ano, nesta cidade de (ou lugar onde for), no (local onde se procedeu a avaliação), presente (s) (qualificação completa) perito (s) nomeados do(s) por Portaria do (designar a autoridade que determinou a perícia), a fim de proceder(em) à avaliação indireta de (o) (descrever qual o bem), que segundo foi informado (os peritos podem ouvir pessoas que conhecem objeto, declarando seus nomes e o que disserem) e depois de (examinar objetos idênticos e nas mesmas circunstâncias ou outra diligências levadas a efeito, como a de saber o preço do mercado enfim, definir qual a diligência feita para justificar o valor determinado), avaliaram o objeto em (se for mais de um objeto, mencionar o valor de cada um e a soma, por extenso e algarismos). Foram estas as declarações que, em sã consciência e sob compromisso prestado, fizeram. E, por nada mais haver, deu-se por finda a presente avaliação, lavrando-se este Laudo, que vai pelos peritos assinado. Eu, (posto ou graduação, quadro ou especialidade, número e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

(Seguem-se as assinaturas dos peritos).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Perito 1

FULANO DE TAL
Perito 2

Anexo H - Modelo de Certidão



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

C E R T I D ã O

Certifico que entreguei ao flagranteado (posto ou graduação, quadro ou especialidade, profissão e nome) a “Nota de Culpa”, no prazo da lei, e que este assinou (ou recusou-se a recebê-la).

Local,.....de.....de 20xx.

(Assinatura)
(posto ou graduação, quadro ou especialidade, profissão e nome do escrivão)

Anexo I - Modelo de Conclusão

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

C O N C L U S ã O

Aos ... dias do mês de ... do ano, nesta cidade ...(ou lugar onde for), a bordo do (ou local onde for), faço estes autos conclusos ao Exmº Sr ou Sr (posto e nome), do que para constar, lavro este termo. Eu, ... (posto ou graduação, quadro ou especialidade, profissão e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

Local,.....de.....de 20xx.

(Assinatura)
(posto ou graduação, quadro ou especialidade, profissão e nome do escrivão)

Anexo J - Modelo de Despacho

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

D E S P A C H O

(Pode ser de próprio punho em caso de urgência)

Seja(m) ouvida(s) a(s) testemunha(s), o(s) ofendido(s), o(s) sindicado(s) ou o (s) indiciado(s), no dia (ou dias) do corrente mês, às horas, neste navio (ou local onde for). Sejam notificados os peritos (nomes), para procederem (tipo de exame pericial) em (objeto ou pessoa que for ser examinada), às horas do dia a bordo deste navio (ou local onde for), os quais deverão prestar o compromisso da Lei (art. 48, parágrafo único do CPPM).

Junte-se aos autos os seguintes documentos (documentos a serem juntados aos autos).

Providencie o Sr Escrivão.

Local,.....de.....de 20xx.

(Assinatura)
(Nome) (Posto)

Anexo L - Modelo de Laudo de Exame de Corpo de Delito

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO

Aos dias do mês de do ano, nesta cidade(ou lugar onde for), a bordo do (ou local onde se proceder ao exame de corpo de delito), presentes os peritos (qualificação completa) (registrar se são ou não profissionais, declarando-se em caso negativo, a razão porque foram nomeados), nomeados por Portaria do (Comandante ou representante legal), e prestado pelos aludidos peritos o compromisso legal de bem e fielmente desempenharem os deveres de seu encargo, declarando com verdade o que descobrissem e encontrassem e que em sua consciência entendessem, encarregou-se aquela autoridade de proceder a exame em (pessoa, cadáver etc.) e que respondessem aos seguintes quesitos: (seguem-se os quesitos, conforme o caso). Em consequência, passaram os peritos a fazer os exames e investigações ordenadas e os que julgaram necessários e, concluídos, declararam o seguinte: descrever, minuciosamente, todas as investigações e exames a que houverem procedido e tudo que houverem os peritos encontrado e visto; em se tratando de ferimento, é conveniente declarar o número e as condições da(s) ferida(s), sua (s) localização(ões), profundidade(s), extensão(ões) e instrumento que a(s) produziu (ram). E, portanto, respondem ao primeiro quesito que:(segue-se a resposta e assim por diante, até o último quesito). E por nada mais terem a examinar e a declarar, deu-se por findo o exame, do qual lavrei o presente LAUDO que, lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelos peritos acima mencionados e de tudo dou fé. Eu, (posto ou graduação, quadro ou especialidade e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

(Seguem-se as assinaturas dos peritos, que deverão rubricar, à margem, todas as páginas do LAUDO não assinadas).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Perito 1 Posto ou Graduação

FULANO DE TAL
Perito 2 Posto ou Graduação

Anexo M - Modelo de Laudo de Exame de Corpo de Delito Indireto

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO INDIRETO

Aos dias do mês de ... do ano, nesta cidade. (ou lugar onde for), a bordo do (ou local onde for), presente ... (nome e posto), que determinou a realização da inquirição, compareceu (ram) aí (qualificação completa), o (s) qual (is) disse (ram) que no dia, cerca das horas, no (local onde for), viram ... (a) (s) vítima(s), e sua(s) qualificação(ões), que apresenta(vam) (descrever a lesão), produzida por,(descrever o objeto utilizado), vítima (s) de (qualificação do autor) .

(Seguem-se as demais perguntas pertinentes ou declarações das testemunhas). E como nada mais disse(ram) e nem lhe(s) foi perguntado, deu o (autoridade que determinou a realização da inquirição) por finda a presente inquirição, determinando que fosse lavrado este LAUDO, o qual, lido e achado conforme, vai por todos assinado. Eu, (posto ou graduação, quadro ou especialidade, profissão e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

(Seguem-se as assinaturas da autoridade que presidiu a inquirição e das testemunhas).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Perito 1 Posto ou Graduação ou Função

FULANO DE TAL
Perito 2 Posto ou Graduação ou Função

Anexo N - Modelo de Laudo de Exame de Sanidade

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

LAUDO DE EXAME DE SANIDADE

Aos dias do mês de do ano, nesta cidade (ou lugar onde for), em ... (local onde for), presentes os peritos (qualificação completa) (registrar se são ou não profissionais, e, em caso negativo, a razão porque foram nomeados), nomeados por Portaria do (Comandante ou representante legal), prestado o compromisso legal de bem e fielmente desempenharem os deveres do seu encargo, declarando com verdade o que encontrarem e descobrirem e o que em sua consciência entenderem, encarregados que foram de proceder a exame de sanidade em (designa-se a pessoa) e que respondessem aos seguintes quesitos: 1º; 2º; 3º etc.

(Seguem-se os quesitos sobre a causa da prolongação do mal, se ela resulta de ofensa física ou de circunstâncias especiais extraordinárias, se o ofendido apresenta perigo de vida e outros quesitos que a autoridade julgar necessários ao exame). E, passando os peritos a fazer os exames ordenados e investigações necessárias, declararam o seguinte: .. (descreve-se, minuciosamente, o que tiverem averiguado e feito), e, portanto, respondem ao primeiro quesito que (a resposta) ; ao segundo que (a resposta e assim por diante, até o último). E por nada mais terem a examinar e a declarar, deu-se por findo o exame, do qual lavrei o presente Laudo que, lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelos peritos acima mencionados e de tudo dou fé. Eu, (posto ou graduação, quadro ou especialidade, e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

(Seguem-se as assinaturas dos peritos, que deverão rubricar a margem todas as páginas do laudo não assinadas).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Perito 1 Posto ou Graduação ou Função

FULANO DE TAL
Perito 2 Posto ou Graduação ou Função

Anexo O - Modelo de Laudo de Exame de Toxidez

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

LAUDO DE EXAME DE TOXIDEZ

Aos ... dias do mês de ... do ano, nesta cidade de(o) (ou lugar onde for), a bordo do.... (ou local onde for), pelos peritos (qualificação completa) (declarar se são ou não profissionais e, em caso negativo, a razão porque foram nomeados), nomeados por Portaria do (Comandante ou representante legal), e depois de prestado o compromisso legal de bem e fielmente desempenharem os deveres de seu encargo, declarando com verdade o que descobrissem e encontrassem e o que em sua consciência entendessem, encarregou-os, aquela autoridade, de proceder a exame em (qualificação) e que respondessem aos seguintes quesitos:

Primeiro: O paciente apresentado a exame está embriagado?

Segundo: No caso afirmativo, que espécie de embriaguez?

Terceiro: No estado em que se acha, pode por em risco a segurança própria ou alheia?

Quarto: É possível determinar se o paciente se embriaga habitualmente?

Quinto: No caso afirmativo, qual o prazo, aproximadamente, em que deve ficar internado para a necessária desintoxicação?

Sexto: O examinado apresenta sintomas de toxicomania?

Sétimo: No caso afirmativo, é possível determinar a substância de que faz uso?

Oitavo: Pode informar se o examinado fez uso recente de qualquer tóxico?

Nono: Qual é o equilíbrio estático do paciente?

Décimo: O paciente se encontra orientado?

Décimo Primeiro: Como se encontra o paciente, com referência à memória, ao pensamento, à coordenação motora, à pulsação b.p.m., ao hálito etílico, às conjuntivas, às pupilas, à estacional e à elocução?

(Além destes quesitos, a autoridade poderá oferecer o que julgar conveniente ao maior esclarecimento do fato).

Em consequência, passaram os peritos a fazer os exames investigações ordenados e os que julgaram necessários e, concluídos declararam o seguinte: (descrever, minuciosamente, todas as investigações e exames a que tiverem procedido e tudo o que tiverem os peritos encontrado e visto).

Continuação do Anexo O - Modelo de Laudo de Exame de Toxidez

E, portanto, respondem os peritos: Ao primeiro quesito, que (e assim por diante, até o último). E, por nada mais terem a examinar e a declarar, deu-se por findo o exame, do qual lavrei o presente Laudo que, lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelos peritos acima mencionados e de tudo dou fê. Eu, (posto ou graduação, quadro ou especialidade, e assinatura), servindo de Escrivão o subscrevi.

(Seguem-se as assinaturas dos peritos, que deverão rubricar, a margem, todas as páginas do laudo não assinadas).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Perito 1 Posto ou Graduação ou Função

FULANO DE TAL
Perito 2 Posto ou Graduação ou Função

Anexo P - Modelo de Laudo de Exame Pericial

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

LAUDO DE EXAME PERICIAL

Aos dias do mês de do ano, nesta cidade(ou lugar onde for), em (local onde se proceder ao exame), presentes os peritos (qualificação completa) (registrar se são ou não profissionais, declarando-se, em caso negativo, a razão porque foram nomeados), nomeados por Portaria do (Comandante ou representante legal, e prestado pelos aludidos peritos o compromisso legal de bem e fielmente desempenharem os deveres de seu encargo, declarando com verdade o que encontrarem e em sã consciência entenderem, encarregou-se aquela autoridade de proceder a exame em (o instrumento que for, livro, escrita, documento, local do crime, vestígio etc.) e que respondessem aos seguintes quesitos (seguem-se os quesitos). Havendo os peritos procedido ao exame ordenado e cumpridos as diligências as quais foram julgadas necessárias. Declararam o seguinte: (refere-se, minuciosamente, tudo quanto os peritos tiverem feito e averiguado). E, portanto, respondem ao primeiro quesito que: (segue-se a resposta e assim por diante, até o último quesito). E, por nada mais terem a examinar e a declarar, deu-se por findo o exame, do qual lavrei o presente LAUDO que, lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelos peritos acima mencionados e de tudo dou fé. Eu, (posto ou graduação, quadro ou especialidade, cargo ou profissão e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

(Seguem-se as assinaturas dos peritos, que deverão rubricar, a margem, todas as páginas do laudo não assinadas).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Perito 1 Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo Q - Modelo de Nota de Culpa

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

NOTA DE CULPA

O (posto e nome), (Comandante ou Oficial de Serviço ou de Quarto), do (a), no dia ... do mês de ... do ano, às ... horas, faz saber ao ... (posto ou graduação, quadro ou especialidade, e nome) que se acha preso, em flagrante delito, a disposição da Justiça Militar, pelo fato de (resumo do fato) testemunhado por e (nomes). E, para sua ciência, mandou passar a presente “Nota de Culpa” que vai (por ele ou pelas testemunhas abaixo) assinada. Eu (posto ou graduação, quadro ou especialidade, e assinatura), servindo de escrivão, o subscrevi.

Local,.....de.....de 20xx.

(Assinatura)
(Nome) (Posto)

TOMEI CONHECIMENTO, tendo sido lidos os meus direitos constitucionais.

Em / / , àshoras

(Assinatura)

(Posto ou graduação, quadro ou especialidade, e nome do preso)

(ou) (assinatura) TESTEMUNHA (assinatura) TESTEMUNHA

Anexo R - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de homicídio

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE HOMICÍDIO

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Qual a causa da morte?
- 2º) Qual o meio que ocasionou a morte?
- 3º) Se foi ocasionada por veneno, fogo, explosivo, tortura, asfixia ou por meio insidioso ou cruel;
- 4º) Se a lesão observada, por sua natureza e local, foi causa eficiente da morte;
- 5º) Se a constituição ou estado mórbido anterior da vítima concorreu para tornar a lesão irremediavelmente mortal;
- 6º) Se a morte resultou das condições personalíssimas da vítima;
- 7º) Se a morte sobreveio não porque o gripe fosse mortal, mas sim por ter a vítima deixado de observar o regime médico e higiênico reclamado por seu estado; e
- 8º) Se a morte foi ocasionada por imprudência, negligência ou imperícia do infrator.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função

Anexo S - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de ferimento ou ofensa física



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE FERIMENTO OU OFENSA FÍSICA

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se há ofensa à integridade corporal ou à saúde do paciente;
- 2º) Qual a espécie de instrumento ou meio que a ocasionou?
- 3º) Se foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel (resposta especificada);
- 4º) Se resultou incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;
- 5º) Se resultou perigo de vida;
- 6º) Se resultou debilidade permanente ou perda ou inutilização de membro;
- 7º) Se foi ocasionada por imprudência, negligência ou imperícia do infrator; e
- 8º) Se resultou aceleração de parto ou aborto (quesito específico).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo T - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de conjunção carnal

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

**EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE
CONJUNÇÃO CARNAL**

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se a paciente é virgem;
- 2º) Se há vestígio de desvirginamento recente;
- 3º) Se há outros vestígios de conjunção carnal recente;
- 4º) Se há vestígio de violência e, no case afirmativo, qual o meio empregado;
- 5º) Se da violência resultou para a vítima incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias ou perigo de vida ou debilidade permanente ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou incapacidade permanente para o trabalho ou deformidade permanente ou aceleração de parto ou aborto (resposta especificada).
- 6º) Se a vítima é alienada ou débil mental; e
- 7º) Se houve outra causa que impossibilitasse a vítima de oferecer resistência.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

**Anexo U - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de atentado ao pudor
(contra homem)**



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

**EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE ATENTADO
AO PUDOR (contra homem)**

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se há vestígio de ato libidinoso;
- 2º) Se há vestígio de violência e, no caso afirmativo, qual o meio empregado;
- 3º) Se da violência resultou para a vítima incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida ou debilidade permanente ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou incapacidade permanente para o trabalho ou deformidade permanente (resposta especificada) ;
- 4º) Se a vítima é alienada ou débil mental; e
- 5º) Se houve outra causa que impossibilitasse a vítima de oferecer resistência.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

**Anexo V - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de atentado ao pudor
(contra mulher)**



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

**EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE ATENTADO
AO PUDOR (contra mulher)**

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se há vestígio de ato libidinoso;
- 2º) Se há vestígio de violência e, no case afirmativo, qual o meio empregado;
- 3º) Se da violência resultou para a vítima incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias ou perigo de vida ou debilidade permanente ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou incapacidade permanente para o trabalho ou deformidade permanente (resposta especificada) .
- 4º) Se a vítima é alienada ou débil mental;
- 5º) Se houve outra causa que impossibilitasse a vítima de oferecer resistência; e
- 6º) Se resultou aceleração de parto ou aborto (quesito específico).

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo X - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de envenenamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE
ENVENENAMENTO

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

1º) Se houve propinação de veneno ou se por outro qualquer modo foi aplicado;

2º) Qual a espécie de veneno;

3º) Se era tal a sua qualidade ou quantidade empregada que pudesse causar a morte;

4º) Se não podendo causar a morte, produziu ou podia produzir alteração profunda da saúde, pondo em risco a vida da pessoa; e

5º) Em que consiste esta alteração.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo Z - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de falsidade

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE FALSIDADE

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se é falso o papel, letra ou escrita;
- 2º) Se é falsa a assinatura;
- 3º) Se há alteração e qual seja;
- 4º) Se a letra ou assinatura é do punho do infrator;
- 5º) Se a letra ou assinatura se parece com a do infrator;
- 6º) No caso negativo, se a letra ou assinatura se parece com a de alguma pessoa conhecida;
- 7º) Se há indícios de ter sido feita a assinatura por (o infrator) (outra pessoa) e quais sejam estes indícios; e
- 8º) Se os peritos podem acrescentar outros esclarecimentos.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo AA - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de furto qualificado

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE FURTO QUALIFICADO

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se há vestígio de violência;
- 2º) Se pela violência foi vencido ou podia vencer-se o obstáculo;
- 3º) Se para vencer o obstáculo houve emprego de força, instrumentos ou aparelho e quais foram estes;
- 4º) Se houve escalada ou destreza;
- 5º) Se houve emprego de chave falsa;
- 6º) Se foi praticado por duas ou mais pessoas; e
- 7º) Se pode ser avaliado o dano causado e, no caso afirmativo, em quanto o avaliam.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo BB - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de destruição ou dano

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

**EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE
DESTRUIÇÃO OU DANO**

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se houve destruição, inutilização ou dano do livro de notas (registro, assentamentos, atas, termos, autos, atos, originais da autoridade pública, livro, papel, título, documento apresentado ou o que for) ou se houve demolição ou destruição no todo ou em parte, abatimento, inutilização ou danificação do edifício ou o que for;
- 2º) Em que consistiu essa destruição, inutilização, demolição, abatimento, mutilação ou danificação;
- 3º) Com que meio se ocasionou?
- 4º) Se houve incêndio ou arrombamento; e
- 5º) Qual o valor do dano causado?

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo CC - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de roubo ou extorsão

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE ROUBO OU EXTORSÃO

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se há vestígio de violência ou grave ameaça contra a pessoa;
- 2º) Em que consistiu a violência ou grave ameaça?;
- 3º) Ficou a pessoa impossibilitada de resistir ante a violência ou a ameaça empregada?;
- 4º) Se houve emprego de arma;
- 5º) Se houve o concurso de duas ou mais pessoas;
- 6º) Se da violência resultou lesão corporal de natureza grave ou morte; e
- 7º) Se pode ser avaliado o dano causado e, no case afirmativo, em quanto o avaliam?.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo DD - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de incêndio

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE INCÊNDIO

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se houve incêndio;
- 2º) Se foi total ou parcial;
- 3º) Se parcial, quais os pontos atingidos;
- 4º) Onde teve início?;
- 5º) Qual foi a matéria que o produziu?;
- 6º) Se havia depósito ou derramamento, em algum lugar, de matéria explosiva ou inflamável;
- 7º) Qual o modo porque foi ou que parece ter produzido o incêndio?;
- 8º) Qual a natureza do edifício, construção, navio ou coisa incendiada?;
- 9º) Quais os efeitos ou resultados do incêndio?;
- 10º) Se resultou ele de negligência, imprudência, imperícia ou inobservância de disposições regulamentares ou normas de segurança; e
- 11º) Qual o valor do dano causado?.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo EE - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de embriaguez

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE
EMBRIAGUEZ

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) Se o examinado está embriagado;
- 2º) Qual a espécie de embriaguez?;
- 3º) No estado em que se encontra, pode por o mesmo em risco a segurança própria ou alheia?;
- 4º) O examinado embriaga-se habitualmente?; e
- 5º) Em caso afirmativo, qual o prazo aproximado em que deva ficar internado para tratamento?.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo FF - Modelo de quesitos para exames periciais em caso de toxicomania

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

**EXEMPLO DE QUESITOS PARA EXAMES PERICIAIS EM CASO DE
TOXICOMANIA**

(Além desses quesitos, a autoridade poderá oferecer outros que julgar convenientes para maior esclarecimento do fato).

- 1º) o examinado apresenta sintomas de toxicomania?;
- 2º) Qual a substância de que faz uso?;
- 3º) Podem informar se o examinado fez uso recente de qualquer tóxico?; e
- 4º) Qual o prazo necessário de internação do examinado, para o seu restabelecimento?.

Local, de de 20xx.

FULANO DE TAL
Nome Posto ou Graduação ou Função (civil)

Anexo GG - Modelo de Portaria

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

P O R T A R I A

Nomeio e (nome, posto ou graduação ou cargo ou profissão) para, como peritos, procederem a exame (tipo de exame), em(nome da pessoa ou objeto), sendo observados, entre outros, os quesitos abaixo:

1º

2º

3º

(Data por extenso)

(Assinatura)

(Nome)

(Posto)

Anexo II - Modelo de recibo de recolhimento de preso

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

RECIBO DE RECOLHIMENTO DE PRESO

Recebi, às ... horas, do dia ... de, do ano ..., o ... (qualificação completa do preso), a fim de ser recolhido preso nesta (OM ou local onde for), à disposição da autoridade Judiciária Militar competente, apresentando (deverá ser declarado o estado físico do preso).

(Local e data por extenso)

(Assinatura)

(Nome)

(Posto)

(Cargo)

Anexo JJ - Modelo de termo de recolhimento de objetos



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

TERMO DE RECONHECIMENTO DE OBJETOS

Aos dias do mês de do ano, nesta cidade de (ou lugar onde for), presente o (posto e nome), Encarregado (da Sindicância ou do Inquérito Policial-Militar), a testemunha (ou ofendido ou quem for) (qualificação completa), convidada a descrever o objeto (apresentado o objeto) disse: (descrever o que mencionar) (ser ou não conhecido, ser ou não o objeto acima mencionado, ser ou não o objeto do crime ou diretamente relacionado com o fato). Perguntado se tinha mais alguma coisa a declarar, disse:, (declaração ou nada mais ter a declarar). E, como nada mais declarou, deu o Sr Encarregado por encerrado o reconhecimento, mandando lavrar este Termo que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Eu, (posto ou graduação), quadro ou especialidade, cargo ou profissão e assinatura), servindo de Escrivão, o subscrevi.

Local, de de 20xx.

(Seguem-se as assinaturas do Encarregado, das pessoas envolvidas no termo e das testemunhas, se houver).

Anexo MM - Modelo de conclusão

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

CONCLUSÃO (*)

Aos dias do mês de do ano de 20xx, faço os presentes autos conclusos ao Sr Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito.

Nome Completo Posto e Quadro
Escrivão

ou

Nome Completo Graduação e Especialidade
Escrivão

* Pode ser utilizado durante todo o processo, evitando-se constantes repetições.

Anexo NN - Modelo de despachos

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

DESPACHOS

1. Que seja oficiada a (OM), solicitando a presença do(a) preso(a) (Posto Quadro e Nome Completo) ou (Graduação Especialidade e Nome Completo), no diade.....de 20xx, às xx h yy min, na (OM onde funcionará o Auto de Prisão em Flagrante Delito).
2. Designo o diade.....de 20xx, àsxx h yy min, na (OM onde funcionará o Auto de Prisão em Flagrante Delito), a fim de prestar depoimento o (a) preso(a) (Posto Quadro e Nome Completo e onde serve), presente o (a) preso (a) (Posto Quadro e Nome Completo) ou (Graduação Especialidade e Nome Completo).
3. Proceda-se à seguinte diligência (declinar, se for o caso, qual ou quais deverão ser feitas para o esclarecimento dos fatos).
4. Oficie-se ao Sr Dr Juiz Auditor da Auditoria da Circunscrição da Justiça Militar - CJM (ou ao Juiz de Direito da Vara Criminal de, (local onde foi julgado o processo), solicitando informar qual o resultado da Ação Penal a que respondeu o (a) preso(a) (Posto Quadro e Nome Completo) ou (Graduação Especialidade e Nome Completo), qualificando-o perante aquele Juízo ou Tribunal (civil ou militar) em de de 20xx.
5. Que seja oficiado o Sr (Posto Quadro e Nome Completo do chefe do oficial, de patente superior à do Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito, que será testemunha), solicitando o comparecimento do (Posto Quadro e Nome Completo), presente o(a) preso(a), às xx h yy min, do dia dede 20xx, a fim de ser ouvido como testemunha, no (local designado para funcionar o Auto de Prisão em Flagrante Delito).
6. Havendo divergência nas declarações prestadas pelo (a) preso(a) (Posto Quadro e Nome Completo e OM) ou (Graduação Especialidade e Nome Completo e OM) e testemunhas (Graduação Especialidade, Nome Completo e OM onde servem ou podem se encontradas),(Graduação Especialidade, Nome Completo e OM onde servem ou podem ser encontradas) ou entre testemunhas (Graduação Especialidade, Nome Completo e OM onde servem ou podem se encontradas) e (Graduação Especialidade, Nome Completo e OM onde servem ou podem se encontradas), designo o dia de de 20xx, àsxx h yy min, no (local designado para funcionar o Auto de Prisão em Flagrante Delito), para acareação.

Continuação do Anexo NN - Modelo de despachos

7. Que seja oficiada a (OM onde serve a testemunha, e, se civil, endereço onde reside ou pode ser encontrada), solicitando a presença da testemunha (Graduação Especialidade e Nome Completo), presente o(a) preso(a), àsxx h yy min, do dia dede 20xx, no (local designado para funcionar o Auto de Prisão em Flagrante Delito).

Providencie o Sr Escrivão.

Local, de de 20xx.

Nome Completo Posto e Quadro
Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito

Anexo OO - Modelo de recebimento, certidão e juntada

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

RECEBIMENTO

Aos dias do mês de do ano de 20xx, recebi estes autos do Sr Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito.

Nome Completo Graduação e Especialidade	ou	Nome Completo Posto e Quadro
Escrivão		Escrivão

CERTIDÃO

Certifico que foi providenciado de acordo com o despacho do Sr Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito.

Em, de de 20xx.

Nome Completo Graduação e Especialidade	ou	Nome Completo Posto e Quadro
Escrivão		Escrivão

JUNTADA (*)

Aos dias do mês de do ano de 20xx, faço juntada aos presentes autos dos documentos que adiante se seguem.

Nome Completo Graduação e Especialidade	Ou	Nome Completo Posto e Quadro
Escrivão		Escrivão

* Pode ser utilizado durante todo o processo, evitando-se constantes repetições.

Anexo PP - Modelo de Certidão dos Direitos Constitucionais

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

Endereço Completo

CEP.....

Tel e-mail

CERTIDÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Certifico que foram lidos os Direitos Constitucionais do flagranteado: de se comunicar com a família ou à pessoa por ele indicada; o de permanecer calado; foi-lhe assegurado a assistência da família e de advogado; foi comunicado imediatamente ao juiz competente; e lhe foi mostrada a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial militar; de acordo, respectivamente, com o que preceitua o art. 5º, incisos LXII, LXIII, LXIV e LXI, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Local e data,

Posto ou graduação, nome completo

Recebi a supracitada Certidão (Flagranteado ou duas testemunhas a seu rogo)

Local e data

assinatura

Anexo QQ - Modelo de ofício de solicitação de exame pericial

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

Endereço Completo

CEP.....

Tel e-mail

Ofício nº /SIGLA DO ÓRGÃO/

Brasília, de de 20xx.

Ao Senhor

.....(Nome Completo em letras maiúsculas)

Diretor do Instituto de Criminalística (ou órgão correspondente) do Estado

Endereço

CEP - Cidade - UF

Assunto: **Exame Pericial.**

Senhor Diretor,

1. Encaminho a V.Sa. o (armamento com a respectiva característica), pertencente a esta OM e que foi objeto de crime, solicitando que seja submetido a exame pericial, com a remessa do competente laudo a este Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito, encontrado no (local para onde deve ser remetido o Laudo Pericial).

Nome Completo Posto e Quadro
Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito

Anexo RR - Modelo de ofício de solicitação de laudo de exame cadavérico

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

Endereço Completo

CEP.....

Tel e-mail

Ofício nº /SIGLA DO ÓRGÃO/

Brasília, de de 20xx.

Ao Senhor

.....(Nome Completo em letras maiúsculas)

Diretor do Instituto Médico Legal (órgão competente)

Endereço

CEP - Cidade - UF

Assunto: Laudo de Exame Cadavérico.

Senhor Diretor,

1. Solicito de V.Sa. seja encaminhado a este Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito Delito, encontrado no (local para onde deve ser remetido o Laudo de Exame), o laudo de exame cadavérico procedido na vítima (nome completo do morto), encarecendo urgência.

Nome Completo Posto e Quadro
Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito

Anexo SS - Modelo de ofício de solicitação de laudo de exame de corpo de delito

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

Endereço Completo

CEP.....

Tel e-mail

Ofício nº /SIGLA DO ÓRGÃO/

Brasília, de de 20xx.

Ao Senhor

.....(Nome Completo em letras maiúsculas)

Diretor do Instituto Médico Legal (órgão competente)

Endereço

CEP - Cidade - UF

Assunto: Laudo de Exame de Corpo de Delito.

Diretor,

1. Apresento a V.Sa. o (Nome Completo da pessoa a ser submetida a exame) a fim de ser submetido a exame de corpo de delito, solicitando que seja remetido ao Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito o Laudo de Exame de Corpo de Delito (especificando o local para onde deve ser remetido), com a máxima urgência possível.

Nome Completo Posto e Quadro
Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito

Anexo TT - Modelo de ofício de solicitação de documentos

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

Endereço Completo

CEP.....

Tel e-mail

Ofício nº /SIGLA DO ÓRGÃO/

Brasília, de de 20xx.

Ao Senhor

.....(Nome Completo em letras maiúsculas)

Ao Sr Diretor do (Repartição competente)

Endereço

CEP - Cidade - UF

Assunto: **Solicitação de Documentos.**

Senhor Diretor,

1. Solicito a V.Sa. a remessa, com a possível urgência, das individuais datiloscópicas, bem como da folha de antecedentes penais do preso(Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo e sua respectiva qualificação), informando, ainda, que foi preso e autuado em flagrante delito por infração a dispositivos do Código Penal Militar.

2. Informo a V.Sa. que os documentos deverão ser remetidos para o seguinte endereço: (especificar o local).

Nome Completo Posto e Quadro
Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito

Anexo UU - Modelo de ofício

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

Of nº /SIGLA DO ÓRGÃO/ Local, de de 20xx.

Do Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito
Ao Sr (Comandante, Chefe ou Diretor da OM)

Assunto: Remessa de Alterações.

1. Solicito a V.Sa. a remessa, com a máxima urgência possível, das alterações do(Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo do preso), a fim de servir de peça no Auto de Prisão em Flagrante Delito lavrado contra o citado flagranteado.

Nome Completo Posto e Quadro
Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito

Cópias:

SIJ. 2

Secretaria.... 1

Total 3

Anexo VV - Modelo de relatório

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

RELATÓRIO

Foi lavrado o presente Auto de Prisão em Flagrante Delito contra
(Nome Completo do preso e sua respectiva qualificação) pelo fato de (relato
sucinto do fato que ensejou a prisão em flagrante delito, precisando dia, hora e local do
evento).

Foram ouvidos o condutor, as testemunhas e o próprio preso, além de serem
determinadas, por meio do despacho de Fl, as diligências necessárias à instrução do
presente Auto, inclusive a expedição da competente Nota de Culpa ao infrator, no prazo legal.

Com a juntada aos autos dos Laudos de Exames solicitados: Cadavérico, Corpo de Delito e
Pericial, além de outros documentos que os completem, seja o presente Auto de Prisão em
Flagrante Delito encaminhado à (autoridade judiciária competente), por intermédio do
Exmo Sr (autoridade militar correspondente), na forma da legislação vigente.

Local,de.....de 20xx.

Nome Completo Posto e Quadro
Presidente do Auto de Prisão em Flagrante
Delito

Anexo XX - Modelo de ofício de remessa de auto de prisão em flagrante delito

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

Of nº /SIGLA DO ÓRGÃO/ Local, de de 20xx.

Do Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito
Ao Sr (autoridade militar superior correspondente)

Assunto: Remessa de Auto de Prisão em Flagrante Delito.

Anexo : Auto de Flagrante Delito contendo folhas.

1. Remeto a V.Exa. (V.Sa.), o Auto de Prisão em Flagrante Delito lavrado contra (Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo do preso em flagrante), por mim presidido, solicitando que seja encaminhado à (autoridade judiciária competente), nos termos da legislação vigente.

Anexo ZZ - Modelo de auto de exibição e apreensão

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

AUTO DE EXIBIÇÃO E APREENSÃO

Aos dias do mês de do ano de 20xx, às xx h yy min, nesta cidade de, no Quartel do(a) (OM correspondente), presentes todos os integrantes do Auto de Prisão em Flagrante Delito o (Posto Quadro e Nome Completo) ou [Graduação Especialidade e Nome Completo do(a) preso(a)], comigo (nome completo e posto/graduação do escrivão), servindo de escrivão **AD HOC**, aí em presença das testemunhas (qualificação com endereço) e (qualificação com endereço), ao final assinadas, compareceu o Exibidor (qualificação com endereço), que exibiu à autoridade o objeto (ou valor), encontrado em (local, rua, bairro, cidade), no dia de de , em poder de (qualificação com endereço), relacionado com o delito praticado contra (qualificação e endereço da vítima), sendo determinada pela autoridade a apreensão do objeto (ou valor) a seguir descrito(s)-----
----- . Nada mais havendo, determinou a autoridade que se encerrasse o presente Auto, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade. Pelas testemunhas, pelo Exibidor e por mim, (nome completo e posto/graduação do escrivão), Escrivão que o digitei.

Nome completo e posto do Presidente do Flagrante
Presidente do Flagrante

Nome completo e posto/graduação/profissão da 1ª testemunha
Testemunha

Nome completo e posto/graduação/profissão da 2ª testemunha
Testemunha

Nome completo e posto/graduação/profissão da vítima
Exibidor

Nome completo e posto/graduação/profissão do escrivão
Escrivão

Anexo AAA - Modelo de ofício de remessa de procedimento de auto de prisão em flagrante



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

Endereço Completo
CEP.....
Tel e-mail

Ofício nº /SIGLA DO ÓRGÃO/

Brasília, de de 20xx.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Doutor(a)
Juiz(a)-Auditor(a) da Auditoria daCircunscrição Judiciária Militar
Endereço
CEP - Cidade - UF

Assunto: **Auto de Prisão em Flagrante Delito.**

Senhor Juiz-Auditor,

1. Encaminho a Vossa Excelência, de acordo com o art. 251 do Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei, nº 1.002, de 21 de outubro de 1969), os autos do Auto de Prisão em Flagrante Delito do(Posto Quadro e Nome Completo ou Graduação Especialidade e Nome Completo), mandado proceder por este Comando, preso em flagrante delito pela prática de atos definidos como crime militar, em tese, pelo Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969).

Respeitosamente,

Nome Completo Posto e Quadro
Comandante, Chefe Ou Diretor da OM
ou

(Oficial-General)

Posto Quadro e Nome Completo
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Anexo BBB - Modelo de ofício de apresentação de militar ou civil

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

Endereço Completo

CEP.....

Tel e-mail

Ofício nº /SIGLA DO ÓRGÃO/

Brasília, de de 20xx.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Doutor(a)

Juiz(a)-Auditor(a) da (...) Auditoria daCircunscrição Judiciária Militar

Endereço

CEP - Cidade - UF

Assunto: Apresentação de militar ou civil.

Senhor Diretor,

1. Apresento a V.Exa. (V.Sa.), devidamente escoltado, o(posto ou graduação, quadro ou especialidade, nome; ou categoria profissional, nome e identidade), que se encontrava preso e que teve determinada a sua soltura pelo (autoridade que determinou a soltura), de acordo com ... (registrar o documento).

2. Solicito a V.Exa. (V.Sa.) determinar que seja passado, na cópia deste ofício, recibo, onde conste a data e a hora do recebimento do liberado, como a descrição do seu estado físico.

Respeitosamente,

Nome Completo Posto e Quadro
Comandante, Chefe Ou Diretor da OM

ou

(Oficial-General)

Posto Quadro e Nome Completo
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Anexo CCC - Modelo de ofício de apresentação de militar ou civil

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

Of nº /SIGLA DO ÓRGÃO/ Local, de de 20xx.

Do:

Ao:

Assunto: Apresentação de militar (ou civil) que se encontrava preso

Ref : (Ato que determinou a soltura ou apresentação).

Anexos :

1. Apresento a (V.Exa. ou V.Sa.), devidamente escoltado, o..... (Posto ou graduação, quadro ou especialidade, e nome; ou categoria profissional, nome e identidade), que se encontrava preso, e que teve determinada a sua soltura pelo ... (autoridade que mandou soltar), de acordo com a referência.

2. Solicito a (V.Exa. ou V.Sa.) determinar que seja passado, na cópia deste ofício, recibo, onde conste a data e a hora do recebimento do liberado, como também a descrição do seu estado físico.

Nome Completo Posto e Quadro
Comandante, Chefe Ou Diretor da OM

ou

(Oficial-General)

Posto Quadro e Nome Completo
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Cópias:

Anexo DDD - Modelo de ofício de apresentação de militar ou civil

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA

Of nº /SIGLA DO ÓRGÃO/ Local, de de 20xx.

Do
Ao

Assunto: apresentação de Militar (ou Civil) preso

Anexo: Cópia do Auto de Prisão em Flagrante.

1. Apresento a (V.Exa. ou V.Sa.), devidamente escoltado, o (qualificação do preso), preso em flagrante, de acordo com o documento em anexo.
2. Solicito a (V.Exa. ou V.Sa.) determinar que seja passado, na cópia do Auto de Prisão em Flagrante, recibo, onde conste a data e a hora do recebimento do preso, assim como descrição do seu estado físico.

Nome Completo Posto e Quadro
Comandante, Chefe Ou Diretor da OM
ou

(Oficial-General)

Posto Quadro e Nome Completo
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Cópias:

Anexo EEE - Quadro de consulta

ASSUNTO	Art. Do CPPM	Item	Modelo (Anexo)
ACAREAÇÃO			
- Admissão	365		E
AFIRMAÇÃO			
- Falsa de testemunha	364		-
ALGEMAS			
- Emprego de	243, § 1º		-
ANTECEDENTES PENAIIS	-		-
APREENSÃO			
- De pessoas ou coisa	185		JJ,LL
- De Correspondência aberta	185, § 1º		-
- De documento em poder do defensor	185, § 2º		-
- Em território de outra Jurisdição	186		-
- Apresentação à autoridade	187		-
- Pessoa sob custódia	188		-
- Requisito do auto	189		-
- Conteúdo do auto	189, § único		-
APRESENTAÇÃO			
- Infração de natureza não militar	10, § 3º		C
- De laudo	157, § 1º e § 20		L
- À autoridade local	187		-
- De pessoas e objetos	320		C, JJ, BBB, CCC e DDD
- De documentos	378		-
APRESENTAÇÃO			
- De objetos	337, § único		-
ASSEMBLADO	-		-
ATOS PROBATÓRIOS			
- Sem Observância	301		-
AUSÊNCIA			
- De testemunhas	245, § 2º		-
NECROPSIA	333		R
AUTOS			
- De avaliação	342		F e G
- De exibição	-		ZZ
- De exame cadavérico	333/334		R
- De exumação	338		
- De exames periciais	314/346		R
- Da prisão em flagrante delito (Vide “Prisão em Flagrante Delito”)	-		-
AUTUAÇÃO	21		1
AVALIAÇÃO			
- Direta	342		F

Continuação do Anexo EEE - Quadro de consulta

ASSUNTO	Art. do CPPM	Item	Modelo (Anexo)
- Indireta	342, parágrafo único		G
BENS			
- Sujeitos a Seqüestro	199		-
- Insusceptíveis de Seqüestro	199, § 2º		-
- Sujeito a arresto	215		-
- Insusceptíveis a resto	217		-
BUSCA			-
- Espécies de busca	170		-
- Domiciliar	171		-
- Finalidade	172		-
- Compreensão do termo “casa”	173		40
- Não compreensão do termo “casa” ..	174		-
- Oportunidade da busca domiciliar ...	175		-
- Ordem de	176		-
- Procedência de Mandado	177		-
- Procedimento do executor	179		-
- Pessoal	180		-
- Revista Pessoal	181		-
- Revista independentemente de mandado	182		-
- Em mulher	183		
- Requisição à autoridade civil	184, parágrafo único		
- Autos e seus requisitos	189		
- Em caso de prisão em flagrante delito	246		
CADÁVER			RR
- Fotografia do	336		
- Identidade do	337		
CAPTURA			
- Tempo e lugar	226		
- Caso de mandado	230, letra b		
- Em domicílio	231		
- Emprego de Força	234		
- Emprego de algemas	234, § 1º		
- Uso de armas	234, § 2º		
- Fora da jurisdição	235		
CAPTURADO			
- Recusa de entrega	232		
CASA			
- Compreensão do termo	173		
- Não compreensão do termo	174		
- Desabitada	179, inciso III		
CERTIDÃO	43		H e PP
CERTIDÕES OU CÓPIAS			

Continuação do Anexo EEE - Quadro de consulta

ASSUNTO	Art. do CPPM	Item	Modelo (Anexo)
- Requisição	378, § 2º		
COMPROMISSO			
- Do escrivão do Flagrante	245, § 5º		B
- Não deferimento de	352, § 2º		-
- Dos peritos e intérpretes	48, parágrafo único		GG
COMUNICAÇÃO			
- Ao Juiz sobre a prisão ou detenção ..	222		
- De Oficial General como infrator	10 § 4º		
CONCLUSÃO			
- Em ordem e em dia as peças e termos dos Autos	43		
CONSIGNAÇÃO			
- Das perguntas e respostas nos depoimentos	300		R
CONTEÚDO			
- Do mandado de busca	178		
- Dos autos	189		
- Do mandado de prisão	225		
CORPO DE DELITO			
- Infração que deixa vestígios. 328	11		L
- Indireto	328, parágrafo único		M
CORRESPONDÊNCIA			
- Apreensão	185, § 1º		
CRIME CONTRA PESSOA			
- Exames periciais	330		R e QQ
CURADOR			
- Nomeação	306, § 1º		
DANIFICAÇÃO DE COISA			
- Exame pericial	341		R
DATILOSCOPIA INDIVIDUAL			
- Juntada de	391, parágrafo único		
DELEGAÇÃO			
- De exercício da Polícia Judiciária Militar	7º, § 1º		
DESIGNAÇÃO			
- De escrivão do Flagrante Delito	245, § 4º		
DESPACHO			NN
- Em ordem e em dia as peças e termos dos Autos	43		NN
DOCUMENTOS			
- Juntada de	21, parágrafo único		5,7
DOENÇA MENTAL SUPERVENIENTE			

Continuação do Anexo EEE - Quadro de consulta

ASSUNTO	Art. do CPPM	Item	Modelo (Anexo)
- Do preso	161		HH,II
ENTREGA DE PRESOS			
- Formalidades	237		BBB, CCC e DDD
ESCRITOS			
- Reconhecimento de	344		
ESCRIVÃO			B
- Designação de	245, § 4º		
- Falta de impedimento de	245, § 5º		
EXAMES E PERÍCIAS			
- Dúvida a respeito da imputabilidade	156		
- Quesitos pertinentes e obrigatórios	159		R
- Objeto da perícia	314		
- Determinação	315		
- Formulação de quesitos	316		R
- Respostas aos quesitos	319		
- Requisição às repartições técnicas	321		DD,EE,FF,GG
- Procedimento de novo exame	323, parágrafo único		
- Em lugar sujeito à administração militar ou repartição	327		
- Crime contra a pessoa	330		
- Complementar	331		
- Necropsia	333		
- Exumação	338		
- De laboratório	340		
- Caso de incêndio	343		L
- Dos instrumentos do crime	345		
- De letra e firma	377		
- Autos de Prisão em (vide “Prisão em Flagrante Delito”)	-		D
FATO PRATICADO EM PRESENÇA DE AUTORIDADE			
- Flagrante Delito	249		
HORÁRIO			
- Para inquirição	19		
- Para remessa do Auto de Flagrante à autoridade Judiciária Competente	251		
- Para apresentação de laudo	325		
PRECATORIA			
- Para inquirição de testemunha - Expedição	361		
PRECEDÊNCIA			

- Demandado	177		
-------------------	-----	--	--

Continuação do Anexo EEE - Quadro de consulta

ASSUNTO	Art. do CPPM	Item	Modelo (Anexo)
PREFERÊNCIA			
- Para nomeação de peritos	48		GG
- De arresto	216		
PRESO			
- Entrega e formalidades	237		HH, II, BBB, CCC e DDD
- Transferência de prisão	238		DDD
- Assistência e respeito à integridade	241		
PRISÃO			
- Definição de prisão provisória	220		
- Legalidade	221		
- Comunicação ao Juiz	222		
- De Militar	223		
- Tempo e lugar da captura	226		
- Captura	230		
- Recaptura	230, parágrafo único		
- Captura em domicílio	231		
- Caso de busca	231, parágrafo único		
- Recusa de entrega do capturado	232		
- Em flagrante no interior da casa	233		
- Emprego de força	234		
- Emprego de algemas	234, § 1º,		
- Uso de armas	234, § 2º		
PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO			
- Suficiente do Auto de	27		
- Pessoas que efetuam a	243		
- Sujeição a	244		
- Infração permanente	244, parágrafo único		
- Lavratura do Auto de	245		
- Ausência de testemunha	245, § 2º		
- Recusa ou impossibilidade de assinatura..... do Aut	245, § 3º		
- Designação de escrivão	245, § 4º		
- Falta ou impedimento de escrivão ..	245, § 5º		
- Recolhimento à prisão	246		
- Diligências	246		
- Nota de Culpa	247		Q
- Recibo de Nota de Culpa	247, § 1º		
- Relaxamento da prisão	247, § 2º		
- Registro de ocorrências	248		
- Fato praticado em presença da autoridade	249		

Continuação do Anexo EEE - Quadro de consulta

ASSUNTO	Art. do CPPM	Item	Modelo (Anexo)
- Prisão em lugar não sujeito a administração militar	250		
- Remessa do Auto ao Juiz	251		
- Passagem do preso à disposição do Juiz	251, parágrafo único		
PROVA			
- Inversão do ônus	296, § 1º		
PROVIDÊNCIAS			
- Que recaem sobre coisas	199/219		
- Que recaem sobre pessoas	220/269		
QUESITOS NAS PERÍCIAS			R
- Pertinentes e obrigações	159		
- Resposta	319		
RECAPTURA			
- Do preso	230, parágrafo único		
RECEBIMENTO			
- Em ordem e em dia as peças e, termos dos Autos	43		
RECIBO			
- Da entrega de preso	237, parágrafo único		
- Da Nota de Culpa	e 247, § 1º		II
RECONHECIMENTO			
- De pessoa e de coisa	368/370		JJ, LL
RECONSTITUIÇÃO			
- Dos fatos	13, parágrafo único		
RELATÓRIO			
- Do Auto de Prisão em Flagrante Delito	27		
REMESSA			
- Do Auto de Prisão em Flagrante Delito	251		
REQUISIÇÃO			
- De diligências	33 § 2º		
- À autoridade civil	184 parágrafo único		
- De perícia ou exame	321		
- De documentos	344 letra “e” e 378 § 3º		
- De militar, assemelhado ou funcionário público	349		
- De certidão ou cópia	378		
REQUISITOS			
- De Autos	189		
- Para o Seqüestro	200		

Continuação do Anexo EEE - Quadro de consulta

ASSUNTO	Art. do CPPM	Item	Modelo (Anexo)
- Dos indícios	383		
RESERVA			
- Transferência Proibição	393		
RESPEITO			
- Da integridade do preso e assistência	241		
RESTITUIÇÃO			
- De coisas	190		
REVISTA			
- Pessoal	181		
- Independente de mandado	182		
SANIDADE FÍSICA			
Exame	331		
SANIDADE MENTAL			
- Exame na fase dos Autos	156, § 2º		R
- Quesitos pertinentes e obrigatórios ..	159		R
SURDO OU MUDO			
- Interrogatório ou Inquirição	299		
SUSPEIÇÃO			
- De peritos e intérpretes	53		
TESTEMUNHAS			
- Horário para inquirição	19		
- Limite de tempo para inquirição	19, § 2º		
- Intérprete	298, § 1º		
- Falta de comparecimento	347, § 2º		
- Requisição de militar, ou funcionário público.....	280 e 281		
- Dispensa de comparecimento	35		
- Não deferimento de compromisso ...	352, § 2º		
- Inquirição separada	353		
- Obrigação e recusa de depor	354		
- Proibidos de depor	355		
- Inquirição por carta precatória	361		
- Admissão de acareação	365		
TRANSFERÊNCIA			
- De prisão	238		
VESTÍGIOS			R
- Infração que deixa	328		
USO			
- De armas	234		

ÍNDICE

Disposições finais, 4

Disposições gerais, 2

- algemas - forças - armas, 2.57
- alterações, 2.28
- antecedentes penais, 2.27
- assemelhado, 2.52
- assinatura a rogo, 2.9
- auto de avaliação, 2.11
- auto de prisão em flagrante delito lavrado por autoridade militar, 2.50
- autuação, 2.5
- área militar e sujeita à administração militar, 2.56
- casa, 2.53
- crimes impropriamente militares, 2.54
- cronologia do auto, 2.4
- da acareação, 2.41
- da avaliação direta e indireta, 2.46
- da conclusão, 2.15
- da formulação de quesitos, 2.44
- da homologação dos laudos, 2.47
- da indisponibilidade, 2.26
- da insubordinação ou desacato, 2.33
- da juntada, 2.17
- da necropsia, 2.25
- da nota de culpa, 2.23
- da prisão, 2.7 e 2.32
- da remessa à auditoria militar, 2.30
- da requisição de diligências e exames, 2.43
- da rubrica, 2.49
- da transferência de prisão ou local de custódia - transferência, 2.42
- das comunicações iniciais - mensagem, 2.36
- das provas, 2.18
- do compromisso, 2.14
- do compromisso de dizer a verdade, 2.37
- do curador, 2.12
- do despacho, 2.16
- do escrivão, 2.6
- do escrivão **AD HOC**, 2.34
- do estado de flagrância, 2.8
- do exame de corpo delito, 2.45
- do depoimento do analfabeto, 2.39
- do depoimento do estrangeiro e do portador de necessidades especiais, 2.40
- do procedimento, 2.22
- do reconhecimento de pessoas e objetos, 2.48
- do relatório, 2.29
- do sigilo - atribuição, 2.35
- dos atos ilícitos sem perícias, 2.21
- dos crimes propriamente militares, 2.31
- dos depoimentos, 2.38

dos exames e perícias e do interprete, 2.24
exames periciais, 2.10
infração com vestígio, 2.2
juntada, 2.19
liberdade provisória, 2.51
militar da reserva e reformado, 2.55
nomeação de curador, 2.13
peculiaridade do tipo penal, 2.1
relaxamento do auto, 2.3
variedade do despacho, 2.20

Prazos, 3